

2

ALGUNS MODELOS DE LINGUAGEM

Neste capítulo apresentamos brevemente algumas teorias da linguagem que serão abordadas ao longo desta tese a fim de explicitar o modo como Lacan importa e utiliza termos e noções advindos dos estudos de linguagem.

Conforme assinalado na introdução, ao nos deparar com a ênfase dada por Lacan à linguagem e à fala como móveis da teoria e prática analítica, somos levados a nos interrogar sobre a concepção de linguagem em jogo. Afinal, o que o psicanalista entende por linguagem, ao considerá-la essencial à experiência de análise?

É certo que a fala é o meio da análise, e que, antes de pensá-la como expressão de uma interioridade que se deveria decifrar, somos convidados a trabalhar diretamente sobre ela. A fala é o próprio material da clínica. Contudo, deter-se sobre tal obviedade apenas nos levaria a silenciar sobre o que justamente parece ser o mais importante.

Sem dúvida, poderíamos nos restringir à obra lacaniana e verificar nela sua definição de linguagem e de fala, sem recorrer à linguística ou à filosofia da linguagem. No entanto, a obra de Lacan se situa em um contexto específico, no qual a linguística estrutural apresentava novas ferramentas conceituais para abordar não somente a linguagem, mas as ciências humanas em geral. Não supomos que estas ferramentas tenham sido utilizadas como instrumentos para construir um novo edifício teórico, mas, visando um legítimo “retorno a Freud”, elas teriam contribuído para um novo esclarecimento da teoria e prática analítica em um momento em que a psicanálise da época parecia conceder pouco relevo à função da fala e da linguagem.

Não obstante, como nem tudo no mar das ideias são rosas - muito menos no terreno da prática – a utilização de conceitos oriundos de campos de saber distintos em um âmbito tão singular como o da experiência analítica implica necessariamente um gesto de apropriação. Apropriar-se de uma noção estranha a seu campo não é simplesmente utilizá-la exatamente de acordo com sua forma original. Seria antes acrescentar também algo seu a ela. A própria transposição de

um campo teórico para outro já transforma o valor do conceito. Esse é o motivo pelo qual evocamos, neste capítulo, outros modelos de linguagem além do modelo estrutural, pois nos indagamos se esse gesto de apropriação não teria como efeito uma reformulação tal destas noções, que as aproximaria de outras concepções de linguagem.

Ora, são inúmeras as maneiras pelas quais, na história do pensamento, concebeu-se a linguagem. Perderíamos-nos em um labirinto se fôssemos dissecar cada uma delas, sem nenhum crivo, e buscar observar qual seria a mais adequada à psicanálise. Ao invés de caminhar às cegas pelas veredas do pensamento, preferimos abordar ora as teorias a que Lacan faz referência, ora aquelas que parecem responder às questões colocadas pelo próprio uso de tais noções no interior da obra lacaniana.

Essas questões são aquelas para as quais as teorias mais abstratas de linguagem não nos oferecem encaixe para abordar a dimensão da linguagem nos momentos em que a fala aparece carregada de pulsão. Uma vez que não podemos nos esquecer de que na experiência analítica lidamos com a fala de um sujeito, como utilizar modelos de linguagem que buscam defini-la atendo-se somente a regras e princípios imanentes ao sistema da língua? Não seriam mais adequados modelos de linguagem que abrangessem a posição de quem fala para alguém querendo algo com isso e, sobretudo, produzindo efeitos tanto em quem diz quanto em quem ouve?

Em alguns aspectos parece-nos que sim. Por isso, recorremos a teorias da filosofia pragmática da linguagem, nas quais a posição do falante, do ouvinte e a função do contexto são levadas em consideração. No entanto, a questão da apropriação novamente se coloca. Seriam as teorias advindas da filosofia pragmática da linguagem compatíveis com o ato de fala realizado por um falante concebido de um modo tão particular pela psicanálise, a saber, por um falante considerado como sujeito do inconsciente?

É sobre essa perspectiva que os modelos de linguagem apresentados aqui se situam. A fim de abordar o gesto lacaniano de apropriação das noções de linguagem- tais como significante, significado, sentido, linguagem, fala e discurso- tematizamos a discussão entre diferentes modelos de linguagem a partir da questão do sujeito. Em outras palavras, que modelo de linguagem abarcaria,

senão a noção de sujeito do inconsciente, ao menos a noção de um falante que endereça sua fala a um ouvinte e que produz efeitos com sua fala?

Neste capítulo inicial, discorreremos sobre os modelos de linguagem que, nos outros capítulos, serão discutidos no exame de algumas noções lacanianas em períodos determinados. Saussure, Jakobson, Benveniste, Bakhtin e Austin foram os teóricos que escolhemos para compor esta discussão, na qual a língua enquanto sistema abstrato é confrontada à linguagem atualizada nos atos de fala dos sujeitos.

2.1

O Movimento Estruturalista

O estruturalismo surge na França por volta da década de 50, atingindo o apogeu durante a década de 60. O seu aparecimento é contemporâneo ao declínio do pensamento sartreano, que vigorava até então, mas que, com as turbulências do pós-guerra, foi pouco a pouco perdendo força. É assim que “o sujeito, a consciência, vão apagar-se em proveito da regra, do código e da estrutura” (Dosse, 1993, p.24).

Neste contexto, a vaga estruturalista irrompe como um movimento de contestação e contracultura, cujo apetite de modernismo fez com que muitos intelectuais franceses de diferentes campos de saber aderissem ao novo ponto de vista. De acordo com Dosse (1993):

O estruturalismo terá sido, nesse plano, o estandarte dos modernos em sua luta contra os antigos. Terá sido ainda o instrumento de uma desideologização para numerosos intelectuais comprometidos, ao ritmo das decepções da segunda metade do século XX. Conjuntura política particular marcada pelo desencanto, configuração do campo do saber que precisava fazer uma revolução para ver uma reforma ser bem sucedida: essa conjunção permitiu ao estruturalismo ser o pólo de convergência de uma geração inteira que descobriu o mundo por trás da grade estrutural (Dosse, 1993, p.13-14).

Impulsionados pelos avanços da linguística estrutural, difundidos pela Escola de Praga (Trubetzkoy e Jakobson) e realizados por meio de uma releitura de Saussure, os estruturalistas elegem a linguística como a ciência-piloto das ciências humanas. Contudo, a adesão de diversos campos de saber ao estruturalismo não redundava em uma homogeneidade de pensamento, pois as

diversas correntes reunidas sob a alcunha de estruturalismo conservam suas singularidades.

De acordo com Dosse (1993, p.16), a fim de não ocultar as fronteiras disciplinares, convém distinguir três estruturalismos: um estruturalismo científico, envolvendo a antropologia, a semiótica e a psicanálise (Lévi-Strauss, Greimas e Lacan); um estruturalismo semiológico, mais flexível e cambiante (Barthes, Genette, Todorov e Serres); e um estruturalismo historicizado ou epistêmico (Althusser, Bourdieu, Foucault, Derrida e Vernant). Para os objetivos desta tese, somente o estruturalismo científico, mais influenciado pela linguística estrutural, convém abordar, uma vez que é nesta corrente que Lacan se insere.

2.1.1

Lévi-Strauss

O primeiro a apropriar-se da linguística estrutural e aplicá-la às ciências humanas foi o antropólogo Lévi-Strauss. É justamente por ter ele sido o pioneiro, que Dosse (1993) considera que “o estruturalismo identificar-se-á rapidamente com um homem: Claude Lévi-Strauss” (Dosse, 1993, p.31). Através de seu trabalho, outros campos de saber viram-se tentados a também buscar na linguística, sobretudo em seu método, as chaves do entendimento para os fenômenos sociais e humanos.

Claude Lévi-Strauss inicia sua carreira de antropólogo em 1934 quando vem ao Brasil ministrar aulas de sociologia na Universidade de São Paulo por indicação de Bouglé, que, ingenuamente, acreditava que nos subúrbios dessa cidade poder-se-ia encontrar índios. Quando em 1939, Lévi-Strauss retorna a França, tem de partir novamente, dessa vez para o exílio, a fim de escapar da ocupação alemã. Ele vai então para a *New School for Social Research* de Nova York, onde se dá o grande encontro com Jakobson. Volta à França somente em 1948, passando a ocupar a cátedra de “Religiões dos Povos Não-Civilizados”, cuja denominação ele logo muda para “Religiões dos Povos Sem Escritas” – o que assinala o ponto de vista defendido em sua tese, publicada posteriormente em “O Pensamento Selvagem” (1962), segundo o qual não há povos primitivos ou não-civilizados, pois todas as sociedades obedecem a determinadas formas de arranjos

de certos elementos, funcionando como estruturas, que como tais não são hierárquicas. A partir deste retorno, seu pensamento alça voo e passa a influenciar uma gama de intelectuais da época.

Para Dosse (1993), a antropologia de Lévi-Strauss não é apenas marcada pelo diálogo com a linguística estrutural de Jakobson, pois se caracteriza também pela filiação positivista de Comte, da qual ele tomou o ideal de cientificidade, embora tenha dispensado a noção de progresso na história da humanidade. De acordo com o historiador (1993):

O êxito crescente da noção de sistema, depois da de estrutura, encontra-se vinculado ao conjunto das mutações científicas das diversas disciplinas na virada do século, principalmente à sua capacidade para explicar a interdependência dos elementos constitutivos do seu objeto próprio (Dosse, 1993, p.34).

A despeito do caráter controverso dessa possível filiação positivista, importa destacar nela a importância da noção de sistema. Embora a inovação trazida pela importação da linguística à antropologia possa realmente ter seus primórdios nessa noção de sistema, que já fora introduzida por numerosos pensadores no início do século, convém destacar que até então não se extraía, da noção de sistema, a de estrutura. Para tanto, seria necessário dar um passo a mais, justamente o passo dado pela linguística estrutural, mais precisamente pela fonologia estrutural de Jakobson.

Outra influência enfatizada por Dosse (1993), e que nos parece muito mais importante que a de Comte, é a do antropólogo Boas. Segundo o historiador, ao se opor ao naturalismo em antropologia, Lévi-Strauss alia-se a Boas, antropólogo que abordava aspectos afins com muitas das noções desenvolvidas pelo Círculo de Praga. Assim, quando Lévi-Strauss chega à Nova York, procura Boas, que dominava a antropologia americana, e permanece estudando com ele até seu falecimento. A mais importante contribuição de Boas e sua influência sobre Lévi-Strauss terão sido a ênfase que deu à natureza inconsciente dos fenômenos culturais e a colocação das leis da linguagem no centro de inteligibilidade dessa estrutura inconsciente (Dosse, 1993, p.37).

É preciso notar que embora o termo “inconsciente” empregado aqui se refira apenas àquilo de que não temos consciência, ou seja, às leis estruturais que regem nossa apreensão do mundo – a aplicação do termo, entretanto, terá relevância para

a psicanálise lacaniana, uma vez que essas leis são as leis simbólicas. Para Lévi-Strauss, por exemplo, as leis de parentesco são inconscientes porque, uma vez instauradas, não são questionadas por aqueles que estão imersos no campo simbólico do qual elas fazem parte. As leis de parentesco resultam de uma combinação de elementos que se arranjam de forma inconsciente, segundo leis estruturais.

Lévi-Strauss analisa as leis de parentesco, bem como a interdição do incesto que as condiciona, a partir de um sistema constituído por elementos de parentesco sempre reduzidos a três tipos de relações: consangüinidade (relação de irmã/irmão), aliança (esposo/esposa) e filiação (pai ou mãe/ filho). Da combinação desses três elementos resulta uma combinação positiva (cônjuges possíveis) e uma combinação negativa (cônjuges proibidos). A interdição do incesto visa, então, estabelecer quem são os cônjuges possíveis e quem são os proibidos.

O caráter primitivo e irreduzível do elemento de parentesco, tal como o definimos, resulta realmente, de modo imediato, da existência universal da proibição do incesto. Isso equivale a dizer que, na sociedade humana, um homem só pode obter uma mulher de um outro homem, que lhe cede sob forma de filha ou de irmã (Lévi-Strauss, 1967, p.64).

Ao esclarecer as leis de parentesco e a função da interdição do incesto, Lévi-Strauss opõe-se à antropologia naturalista da época, que pretendia fundamentar a interdição do incesto em leis naturais e biológicas. Com a descoberta das leis estruturais, simbólicas, que regem o parentesco, a interdição do incesto escapa tanto de considerações morais etnocêntricas, que seriam variáveis em cada cultura e poderiam mudar com o decorrer da história, quanto do simples esquema da consanguinidade, fundamentado em leis biológicas.

Lévi-Strauss passa assim da natureza para a cultura. Além disso, uma vez que as leis de parentesco são os invariantes universais da cultura, elas não mudam de cultura para cultura; antes, por serem imutáveis, caracterizam os laços sociais que constituem a cultura. Embora em uma determinada cultura seja o pai quem doa a filha ao esposo, enquanto em outra seja o tio materno, em todas as culturas a mulher é doada por um homem de seu clã a um homem de outro clã. As leis de parentesco e a proibição do incesto permitem a formação da ordem social, pois possibilitam a troca entre os diversos clãs.

Com a inauguração deste novo modo de conceber os fenômenos sociais e humanos, doravante explicar os fenômenos culturais será buscar suas leis estruturais, seus invariantes universais. De acordo com Dosse (1993):

O social nasce dessa organização da troca em torno da proibição do incesto, que se reveste, por conseguinte, de uma importância capital: “A proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consaguinidade para o fato cultural da aliança”¹. É a intervenção decisiva no nascimento da ordem social (Dosse, 1993, p.41).

Lévi-Strauss tributa a Marcel Mauss, etnólogo de uma fase anterior ao surgimento da linguística estrutural, o mérito de ter compreendido as relações sociais a partir do prisma da linguagem e de seu funcionamento inconsciente. Em “Introdução à obra de Marcel Mauss” (s/d), Lévi-Strauss retoma uma obra de Mauss, intitulada “Essai sur le don”, onde o etnólogo examina o pensamento mágico através da noção de fato social total, segundo a qual os fenômenos culturais devem ser analisados enquanto simbólicos, o que implica considerá-los relacionados à linguagem e às suas leis inconscientes:

Mauss via, pois, justo quando verificava em 1902 que “em suma, desde que abordamos a representação das propriedades mágicas, estamos em presença de fenômenos semelhantes aos da linguagem”. Porque é a linguística, e mais particularmente a linguística estrutural, que nos familiarizou com a ideia de que os fenômenos fundamentais da vida do espírito, os que a condicionam e determinam as suas formas mais gerais, se situam ao nível do pensamento inconsciente (Lévi-Strauss, s/d, p.169)

Lévi-Strauss inspira-se nessa obra de Mauss ao abordar as estruturas elementares de parentesco, uma vez que “os termos de parentesco não têm apenas uma existência sociológica: são também elementos do discurso” (Lévi-Strauss, 1967, p.51). Contudo, a especificação dos elementos que constituem a linguagem e, principalmente, das leis que regem a combinação desses elementos só foi realmente esclarecida com o advento da linguística estrutural.

Universo simbólico, linguagem, fato social, cultura e leis estruturais reúnem-se, assim, a fim de consolidar o método e o campo das ciências sociais. A partir de então tudo o que é humano passa a ser compreendido sob a égide do estruturalismo, tomando como modelo a linguística estrutural.

¹ LÉVI-STRAUSS, *Les Structures élémentaires de la parenté*, Mouton, 1967 (1949), p.36.

Lévi-Strauss, enquanto pioneiro na importação da linguística para as ciências do homem, influencia pensadores dos demais campos de saber a buscar nesta ciência a possibilidade de tornar os seus campos mais rigorosos, e de estabelecer uma cientificidade própria das ciências humanas e sociais. A linguística estrutural oferecia a eles um método que lhes permitia encontrar invariantes universais por trás dos elementos ou conteúdos empíricos com os quais lidavam. Por outro lado, tais formas encontradas eram extraídas diretamente do universo sensível.

Os dados empíricos eram considerados como ponto de partida, mas o que se evidenciava era que eles não possuíam significação em si, mas somente em relação a outros elementos. Qualquer fenômeno só pode ser compreendido a partir de sua relação com outros fenômenos. Qualquer elemento só ganha significação enquanto pertencente a um sistema. A tarefa dos estruturalistas consistia em descobrir os invariantes universais e as leis que regem suas combinações em uma estrutura. A estrutura que subjaz ao arranjo dos elementos revela as leis estruturais, simbólicas e inconscientes.

Conforme já salientado, a noção de sistema é desenvolvida até chegar à noção mais elaborada de estrutura, cujas coordenadas coube primeiramente à linguística revelar. Deste modo, o encontro de Lévi-Strauss com Jakobson em Nova York foi decisivo. Nessa ocasião, Lévi-Strauss assiste aos cursos do linguista e se surpreende:

Eu era na época uma espécie de estruturalista simplista. Fazia estruturalismo sem o saber. Jakobson revelou-me a existência de um corpo de doutrina já constituído numa disciplina: a linguística, que eu jamais praticara. Para mim, foi uma revelação (Lévi-Strauss, 1988, *apud* Dosse, 1993, p.42-43)

Desde então, a importância da linguística para a antropologia jamais deixará de ser ressaltada por Lévi-Strauss. A conceituação das estruturas elementares de parentesco dá disso prova clara, como se pode depreender do seguinte trecho de “Antropologia Estrutural” (1967), onde Lévi-Strauss faz um breve resumo de sua antropologia:

(...) como os fonemas, os termos de parentesco são elementos de significação; como eles, só adquirem esta significação sob a condição de se integrarem em sistemas; os “sistemas de parentesco”, como os “sistemas fonológicos”, são elaborados pelo espírito no estágio do pensamento inconsciente; enfim a recorrência, em regiões afastadas do mundo e em sociedades profundamente diferentes, de formas de parentesco, regras de casamento, atitudes idênticas prescritas entre certos tipos de parentes, etc., faz crer que, em ambos os casos, os fenômenos observáveis resultam do jogo de leis gerais, mas ocultas. O problema pode então se formular da seguinte maneira: numa *outra ordem de realidade*, os fenômenos de parentesco são fenômenos do *mesmo tipo* que os fenômenos linguísticos (Lévi-Strauss, 1967, p.48-49).

Mas, afinal, quais são as principais características da linguística estrutural que mudam os rumos não apenas da antropologia, mas de toda uma gama das ciências humanas, nelas incluindo a psicanálise lacaniana?

Primeiramente, a fim de compreender a inovação operada pela linguística estrutural, cabe examinar suas bases, encontradas em Saussure, de onde se extrai a noção de sistema, definida por Foucault como: “um conjunto de relações que se mantêm, se transformam independentemente das coisas que essas relações religam” (Foucault, s/d, p.30).

2.1.2

Saussure

A obra de Saussure é conhecida através de um livro composto pela reunião de transcrições e de notas das aulas ministradas pelo autor na Universidade de Genebra em três cursos dados em 1907, 1908-1909 e 1919-1911, e quem as reúne são dois de seus alunos, Sechehaye e Bally. Este livro, o “Curso de Linguística Geral”, foi publicado pela primeira vez no ano de 1916. Foi uma publicação póstuma, pois Saussure falecera em 1913, o que justifica a ressalva de Sechehaye e Bally quanto à legitimidade da obra e ao consentimento de Saussure, apresentada no prefácio do livro.² Posteriormente, em 1957, Godel³ reúne alguns apontamentos de outros alunos de Saussure não utilizados por Sechehaye e Bally. Assim, embora possa ser discutível que o *Curso de Linguística Geral* represente

² “Sentimos toda a responsabilidade que assumimos, perante a crítica, perante o próprio autor, que não teria talvez autorizado a publicação destas páginas.” (Saussure, 2006, p.4)

³ Godel, R. *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de Ferdinand de Saussure*, Droz, Genève, 1957.

tão fielmente o ensino de Saussure, é a ele que convém recorrer, uma vez que foram as formulações presentes neste livro que influenciaram a eclosão do movimento estruturalista.

Com o intuito de assegurar um objeto preciso para a ciência da linguagem, Saussure divide a linguagem em dois polos, a língua (*langue*) e a fala (*parole*), concedendo à primeira o privilégio de ocupar o centro de interesse da linguística.

A língua (*langue*) é concebida como o polo da linguagem responsável pelo caráter social desta. Segundo Saussure, a língua existe na coletividade sob a forma de sinais que são impressos nos indivíduos “tal como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos” (Saussure, 2006, p.27). A língua, portanto, consiste em um padrão coletivo recebido pelo indivíduo passivamente. Nas palavras do autor: “Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independa da vontade dos depositários” (Idem, p.27).

Já a fala (*parole*) é compreendida como o que há de individual na linguagem, ou seja, as associações singulares do indivíduo e as características fonéticas (voz, timbre, entonação) do que é dito. Opõe-se, assim, a fala, enquanto ato individual, ao caráter social da língua:

A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações. (Saussure, 2006, p.22)

Estes dois polos da linguagem são considerados por Saussure, ao mesmo tempo, como distintos e complementares. A língua é necessária para a inteligibilidade da fala, pois é o código comum a uma coletividade que permite o entendimento entre os homens. A fala, por sua vez, é necessária para o advento da língua em virtude do fato de que o código linguístico é apreendido pelo indivíduo através do acúmulo das experiências de atos de fala: “(...); historicamente, o fato da fala vem sempre antes. Como se imaginaria associar uma ideia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início esta associação num ato de fala?” (Saussure, 2006, p.27)

Contudo, apesar da complementaridade e interdependência destes dois aspectos, apenas um deles será tomado como objeto da linguística, pois estes

domínios além de complementares são distintos. A partir desta distinção, Saussure conclui que é impossível constituir um campo de saber homogêneo sobre a linguagem em sua totalidade, dada a heterogeneidade de seus constituintes. Nas palavras do autor:

Por todas essas razões, seria ilusório reunir, sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala. O conjunto global da linguagem é incognoscível, já que não é homogêneo, ao passo que a diferenciação e subordinação proposta esclarecem tudo. (Saussure, 2006, p.28)

A subordinação a que Saussure se refere é a da fala à língua, uma vez que cumpre a esta última o privilégio de ocupar o lugar de objeto único da linguística. A linguística, para se constituir como ciência, deverá doravante reduzir-se a uma ciência da língua. Conforme salienta Saussure:

Com outorgar à ciência da língua seu verdadeiro lugar no conjunto do estudo da linguagem, situamos ao mesmo tempo toda a Linguística. Todos os outros elementos da linguagem, que constituem a fala, vêm por si mesmos subordinar-se a esta primeira ciência e é graças a tal subordinação que todas as partes da linguística encontraram seu lugar natural. (Saussure, 2006, p.26)

Tomando a língua como objeto, Saussure determinará como tarefa da linguística descobrir as leis gerais e universais que regem o seu funcionamento, o que equivale a abordá-la como um sistema. A língua é, então, definida como um sistema composto de signos linguísticos, que são compreendidos como união da imagem acústica ao conceito, ou seja, como união do significante com o significado.

Tal união é sempre arbitrária e convencional, porque resultante de um acordo social. Entre a imagem acústica e o conceito, ou ainda, entre o significante e o significado, não há nenhuma ligação natural – ela é, antes, determinada pelo código linguístico que vigora na cultura em que é falada. Assim, para Saussure, todo signo é arbitrário:

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo linguístico é arbitrário* (Saussure, 2006, p.81).

Os signos, ainda que arbitrários, adquirem no código um caráter obrigatório. Uma vez o significado unido ao significante de forma arbitrária, será obrigatório para os membros da comunidade linguística que assim os uniu empregá-los desse modo, como um signo.

A natureza do signo linguístico é compreendida por Saussure a partir do princípio da arbitrariedade do signo, acima descrito, e do princípio do caráter linear do significante, segundo o qual o significante, por sua natureza auditiva, desenvolve-se apenas no tempo e possui uma extensão que é mensurável em apenas uma dimensão: a linha. Nas palavras do autor: “(...) os significantes acústicos dispõem apenas da linha do tempo; seus elementos se apresentam um após o outro; formam uma cadeia” (Saussure, 2006, p.84).

Outra característica fundamental dos signos é seu valor diferencial. Os signos para serem empregados e adquirirem um valor (uma unidade na comunicação) dependem de uma condição: precisam ser combinados com outros signos. A noção de valor, criada por Saussure, difere da noção de signo, pois o valor “é o sentido de uma unidade, que é definida por suas relações com outras da mesma natureza” (Pietroforte, 2004, p.83). Por exemplo, comparemos o valor da palavra “banho” em cada uma dessas frases: 1) Quando me ligaram, eu havia acabado de tomar banho. 2) Ontem, tomei um banho de chuva. O valor, ou seja, a unidade de sentido que o signo “banho” ganha nas seguintes frases depende de sua relação com os outros signos da frase. Este é um exemplo de como os signos ao se combinarem com os outros no eixo sintagmático da língua adquirem valor. As relações sintagmáticas caracterizam-se pela colocação dos signos em presença. Mas há ainda o eixo associativo, onde, por exemplo, os signos ganham valor em ausência, ou seja, ao se escolher um determinado signo, exclui-se outros que lhe são semelhantes. Por exemplo, se eu escolho a palavra “camisa” para designar o que estou vestindo, isto implica que não estou usando uma camiseta ou uma blusa. Ao se selecionar uma palavra exige-se o domínio do léxico a que ela pertence, pois o seu valor ou sentido depende da relação diferencial que ela mantém com os outros signos da língua.⁴

Assim, Saussure considera que os signos são puras diferenças, não possuindo sentido em si mesmos, mas somente em relação aos outros signos em

⁴ “A relação sintagmática existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos *in absentia* numa série mnemônica virtual” (Saussure, 2006, p.143.).

um dado sistema. Em suas palavras: “*na língua só existem diferenças*. E mais ainda: uma diferença supõe em geral termos positivos entre os quais ela se estabelece; mas na língua há apenas diferenças *sem termos positivos*” (Saussure, 2006, p.139).

Essa condição é postulada por Saussure ao propor a dimensão sincrônica como a mais adequada para o estudo da língua. A dimensão sincrônica atém-se a um recorte no tempo, um momento específico no qual se possa estudar como os elementos da língua são regulados por leis. Já a dimensão diacrônica refere-se ao modo pelo qual determinado elemento da língua surge historicamente. Assim, ao invés de deter-se na história dos elementos da língua, Saussure dedica-se a buscar os invariantes presentes no sistema da língua. Dito de outro modo, ao escolher a dimensão sincrônica, Saussure entrega-se à tarefa de encontrar as relações que vigoram em determinado momento entre os elementos da língua, opondo-se a uma perspectiva diacrônica, cujo alvo seria investigar como esses elementos surgiram.⁵

Deste modo, os signos são abordados por Saussure somente em relação a eles mesmos, jamais em relação a qualquer aspecto exterior ao seu funcionamento próprio. Conforme assinala Pietroforte (2004), com isso, Saussure deixa fora da linguística a relação das palavras com as coisas do mundo. O que é considerado é a relação significado/ significante, ou seja, signos que, em relação com os outros signos, adquirirão valor, significação, unidade de sentido. Por outro lado, Pietroforte salienta que embora não seja a relação da palavra com o mundo que constitui a significação, mas antes a relação de um signo com outro signo em um sistema linguístico, essa significação constitui uma visão de mundo. Conforme salienta o autor:

Se os signos significam dentro de um sistema linguístico, esse sistema compreende uma visão de mundo, ou seja, um princípio de classificação que, projetando-se sobre as coisas do mundo, classifica-as de acordo com sua estrutura interna. (...) Além do mais, se é pela linguagem que se veem os fatos humanos, se definem esses fatos, eles podem ser modificados por meio dela. Isso não quer dizer que se pode modificar

⁵ Esta é uma proposta que Saussure postula de imediato como o objetivo da linguística: “Procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as *linguas* e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história; (Saussure, 2006, p.13).

o mundo físico por meio da linguagem, mas que cabe a essa linguagem dar um sentido para as interpretações desse mundo. (Pietroforte, 2004, p.86).

Seguramente, os estruturalistas se ativeram à função da linguagem de ordenar o real, apreender e dar significação para as coisas do mundo, pois, assim, foi possível escapar do empirismo e abordar os eventos humanos não mais como tendo sentido em si mesmos, mas como produto de uma atividade humana que os organiza segundo leis estruturais.

Assim, o que parece relevante para os estruturalistas nessa função da linguagem enquanto sistema, revelada por Saussure, é a possibilidade de alçarem uma autonomia em relação aos estudos empíricos, em buscar atrás dos eventos humanos um princípio de ordenação para os próprios eventos. Com isso não se estudam os fatos, mas as leis que os regem, que lhe conferem uma significação dentro de um determinado sistema. Segundo Dosse (1993), a conceituação de Saussure é retomada pelos estruturalistas somente em virtude da noção de sistema:

O essencial da demonstração consiste em fundamentar o arbitrário do signo, em mostrar que a língua é um sistema de valores constituídos não por conteúdos ou produtos de uma vivência, mas por diferenças puras. Saussure oferece uma interpretação da língua que a coloca resolutamente do lado da abstração para melhor a separar do empirismo e das considerações psicologisantes (Dosse, 1993, p.65).

2.1.3

Jakobson

Retomando a noção de sistema em Saussure e avançando em suas formulações, Roman Jakobson constrói a fonologia estrutural, que irá influenciar tanto Lacan quanto Lévi-Strauss.

Lacan, conforme se verá mais adiante, elucidará os mecanismos inconscientes – condensação e deslocamento – através das noções linguísticas de metáfora e de metonímia. Metáfora e metonímia são mecanismos de linguagem ressaltados por Jakobson ao reler Saussure. Para Saussure, que concebe a língua

como um sistema de relações solidárias, tais relações se dão através de dois eixos: o eixo sintagmático, no qual o falante exerce a faculdade de unir sintagmas (prefixos, sufixos, palavras, frases), e o eixo associativo, no qual o falante escolhe palavras entre outras possíveis que não figuram no eixo sintagmático, embora façam parte do tesouro da língua.

Em “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia”, Jakobson, por sua vez, desenvolve esta noção saussuriana, explicando que o signo linguístico efetua dois modos de arranjo: a combinação e a contextura, que pertencem ao eixo sintagmático, e a seleção e substituição, que pertencem ao eixo associativo ou paradigmático. Quem fala seleciona palavras do léxico de sua língua e as combina em frases de acordo com o sistema sintático da língua. Assim, os signos no plano da combinação e da contextura têm o estatuto de contiguidade, enquanto que as operações de seleção e de substituição se dão sob o eixo da similaridade (Jakobson, s/d, p.40).

Jakobson distingue, então, dois tipos de afasia: uma na qual as operações de combinação e contextura estão prejudicadas e outra na qual são as operações de seleção e substituição que se tornam deficientes. Uma afasia deriva de um distúrbio da contiguidade e a outra deriva de um distúrbio da similaridade. Os afásicos que padecem de distúrbio da contiguidade conseguem utilizar a metáfora, enquanto os afásicos que sofrem de distúrbio da similaridade têm mais facilidade de empregar a metonímia. A metáfora baseia-se, assim, na similaridade e a metonímia na contiguidade.

A metáfora por se situar no eixo da semelhança fica ao lado do eixo paradigmático, dos arranjos por combinação e contextura. Por exemplo: “Essa menina é uma flor”. A metonímia por se situar no eixo da contiguidade fica ao lado do eixo sintagmático, dos arranjos por seleção e substituição. Por exemplo, construções que tomam a parte pelo todo: “beber um copo”, ou que tomam a causa pelo efeito: “a colheita”. Essas duas figuras de linguagem serão utilizadas por Lacan a fim de dar conta dos mecanismos do inconsciente.

Mas o trabalho de Jakobson não influencia apenas Lacan, pois antes mesmo da apropriação da linguística pela psicanálise, houve a importação da linguística pela antropologia através de Lévi-Strauss – pioneiro no projeto de alçar a linguística ao posto de modelo das ciências humanas. A antropologia estrutural de Lévi-Strauss é marcada pela fonologia estrutural de Jakobson, muito bem

apresentada em “Six leçons sur le son et le sens” (1976), obra que tem o prefácio do antropólogo afirmando a incidência sobre o seu pensamento dessas lições, a que ele havia outrora assistido.

Nessa obra, Jakobson retoma algumas noções de Saussure, mas demarca também suas posições, assinalando as discordâncias com o mestre genebrino. A noção de sistema é desenvolvida até chegar à noção de estrutura. A elaboração da noção de fonema por Jakobson dá um passo a mais na noção de sistema saussuriano, ampliando o alcance das leis que regem o funcionamento da linguagem.

Para Saussure, a língua enquanto sistema de signos constituídos pela união arbitrária do significante com o significado possui a característica de somente dotar de valor os seus signos em relação com os outros signos. Esse traço marcante de um sistema, que consiste em definir os elementos a partir da relação destes com os outros elementos do sistema, incide sobre os signos. Estes são decompostos em imagem acústica (significante) e conceito (significado), sendo, ambos, entidades psíquicas, pois a imagem acústica não se reduz ao som (materialidade sonora), ela é a impressão do som tal como o ouvido humano os apreende, e o conceito é também uma entidade psíquica por ser uma ideia.

O fonema, por sua vez, é considerado por Saussure como uma ação vocal, como um movimento articulatório, relegado à fala (*parole*), não pertencendo, portanto, ao sistema da língua (*langue*), que se atém apenas à imagem acústica e ao conceito que formam os signos. Nas palavras do autor:

E porque as palavras da língua são para nós imagens acústicas, cumpre evitar falar dos “fonemas” de que se compõem. Esse termo, que implica uma ideia de ação vocal, não pode convir senão à palavra falada, à realização da imagem interior no discurso (Saussure, 2006, p.80).

Portanto, uma vez que convém à linguística abordar apenas o estudo da língua (*langue*), o fonema fica descartado de sua conceituação, não fazendo parte do objeto que é a língua. Contudo, Jakobson recupera o fonema para a linguística, construindo a fonologia estrutural.

Curiosamente, Jakobson faz isso, partindo de uma noção presente na própria definição de fonema dada por Saussure. Para este, apesar de o fonema dever ser abandonado pelo estudo da língua, ele é também constituído de forma diferencial

- fonemas são entidades opositivas, relativas e negativas. Jakobson, então, ressalta esta característica do fonema e lamenta o fato de Saussure não ter retirado dela as últimas consequências e de tê-la reduzido ao seu aspecto articulatório ou motor:

O *Curso* lança a fórmula tornada depois célebre: “Os fonemas são antes de tudo entidades opositivas, relativas e negativas”. Saussure chega até a afirmar que o sistema desses fonemas nitidamente diferenciado, *sistema fonológico*, como ele o denomina, é a única realidade que interessa ao linguista no domínio fônico. Mas, por outro lado, encontramos nesse mesmo *Curso* de Saussure a impressão de um psicologismo ingênuo (...) Passando de suas teses pré-liminares aos princípios internos do tratamento linguístico da matéria sonora, ele toma por sua “base natural”, não o valor funcional dos sons, (...) mas a “impressão produzida pelo som sobre a orelha”. E quando ele aborda o estudo concreto do “sistema fonológico”, ele abandona mesmo o critério auditivo e declara simplesmente que essa análise “só poderia ser feita sobre a base do ato articulatório” (Jakobson, 1976, p.55, *grifo meu*).

Para Jakobson, os fonemas desempenham uma função no sistema da língua, pois eles são unidades linguísticas que, comparadas ao morfema, à palavra e à frase, possuem a característica de serem desprovidos de significação. Contudo, apesar de serem unidades linguísticas sem conteúdo conceitual, eles servem para distinguir significações.

Não somente o fonema passa com Jakobson a constituir uma entidade linguística, como também o próprio fonema é decomposto por traços distintivos. São esses traços distintivos que permitem pensá-los, por um lado, como elementos da língua que são definidos também a partir de relações, e por outro lado, como unidades que distinguem significações.

Jakobson utiliza como exemplo o diálogo de Alice com o Gato: “Você disse *porco* ou *porto*?” perguntou o Gato. “Eu disse *porco*, respondeu Alice”⁶ (Jakobson, s/d, p.37). A pergunta do Gato visa identificar a escolha linguística de Alice a fim de encontrar a significação para o termo de acordo com o código da língua compartilhado por ambos. A oposição entre “porco” e “porto” assinala uma diferença fonológica entre uma oclusiva velar e uma oclusiva dental, que são traços distintivos do fonema. Mas a oposição velar/dental só constitui um traço distintivo do fonema porque, na língua portuguesa, essa oposição, mesmo se o restante da palavra for igual, modifica a significação da palavra.

⁶ Lewis Carrol, *Alice's Adventures in Wonderland*, Capítulo VI *apud* Jakobson, s/d.

É nesse sentido que os fonemas são compreendidos como unidades linguísticas desprovidas de significação que servem, no entanto, para distinguir significações. Assim, Jakobson elabora uma nova concepção de fonema: “Os sons munidos de um valor distintivo, os sons capazes de diferenciar palavras, recebem um nome especial na ciência da linguagem. São denominados como *fonemas*” (Jakobson, 1976, p.44).

Jakobson não apenas avança em relação a Saussure ao integrar os fonemas no sistema da língua, como também vai mais além, revelando as leis estruturais que regem a linguagem através da decomposição dos fonemas em traços distintivos que são sinalizados como marcados (+) e não-marcados (-). No exemplo acima mencionado, é a presença ou ausência de uma oclusiva velar ou de uma oclusiva dental que assinala a diferença entre os fonemas, acarretando uma diferença de significação.

Esses traços distintivos do fonema constituem unidades mínimas e indivisíveis e são definidos a partir de oposições (marcado e não marcado ou presença e ausência), ou seja, somente em relação recíproca com outros traços. Assim, Jakobson aplica a noção de saussuriana de sistema até elementos da linguagem que não tinham sido considerados por Saussure, incrementando essa noção com o uso de sinais matemáticos. Esse é o passo que o linguista de Praga dá, indo da noção de sistema à noção de estrutura. Conforme indica Câmara Jr. (1970):

Para cada traço comporta cada fonema a sua presença ou a sua ausência, que podem ser assinaladas respectivamente pelos sinais matemáticos de *mais* (+) e *menos* (-); por exemplo, em português, *sonoridade* – *não-sonoridade* (como em - /b/: /p/, /d/: /t/, /z/: /s/ etc.), *oclusão* – *não-oclusão* (como em - /p/: /f/, /b/: /v/, /t/: /s/, /d/: /z/ etc.), *palatalização* – *não-palatalização* (como em - /x/: /s/, /lh/: /l/ etc.) e assim por diante (Câmara Jr., 1970, p.167)

Essa noção de estrutura presente na fonologia encantou Lévi-Strauss e impregnou sua antropologia. Conforme já ressaltado, a influência de Jakobson sobre a antropologia estrutural reflete-se até mesmo nos termos empregados pelo antropólogo. Mas é, sobretudo, na estrutura formal de seu pensamento que ela mais se faz notar. No Prefácio de Lévi-Strauss ao livro aqui comentado, o

antropólogo esclarece ainda mais a incidência da fonologia estrutural sobre a sua teoria das leis de parentesco e de interdição do incesto:

Hoje mais que nunca, com a passagem dos anos, eu reconheço os temas dessas lições que me marcaram mais fortemente. Tão heteróclitos quanto possam ser noções como aquelas de fonema e de proibição do incesto, a concepção que eu iria fazer da segunda se inspira no papel assinalado pelos linguistas à primeira. Como o fonema, meio sem significação própria para formar significações, a proibição do incesto me pareceu fazer a charneira entre dois domínios considerados separados. A articulação do som e do sentido respondia assim, sobre um outro plano, àquela da natureza e da cultura (Lévi-Strauss, 1976, p.12)

O estruturalismo adota, então, a linguística como a ciência-piloto das ciências humanas. Os fenômenos sociais e humanos passam a ser compreendidos a partir de suas leis estruturais, ou seja, de invariantes universais que ordenam os fenômenos da cultura. Essas leis estruturais são simbólicas e inconscientes, mas são imutáveis. Em virtude deste caráter universal das leis estruturais, aparecerão, no cenário do final da década de 80, muitos opositores do estruturalismo que o acusarão de reduzir o social a uma estrutura formal, negligenciando os aspectos históricos.

2.2

Crítica de Bakhtin ao Estruturalismo

A crítica de Bakhtin ao estruturalismo parece advir daquilo que constitui a sua preocupação essencial: o texto como objeto de toda ciência humana⁷. Ora, para alçar o texto ao posto de objeto central das ciências humanas, Bakhtin confere a esse termo um caráter inteiramente peculiar. Em *O Problema do Texto na Linguística, na Filologia e em outras Ciências Humanas*, o que o autor denomina como *texto* possui dos polos: o polo do sistema da língua e o polo do enunciado. Esse segundo polo é que lhe permitirá se servir do texto como objeto da ciência humana, uma vez que neste polo revela-se a dimensão da comunicação discursiva, imersa nas relações dialógicas.

⁷ “(...) – estamos interessados na especificidade do pensamento das ciências humanas, voltado para pensamentos, sentidos e significados dos outros, etc., realizados e dados ao pesquisador apenas sob a forma de *texto*.” (Bakhtin, 2003a, p.308)

Entretanto, não se deve concluir que o primeiro polo, o do sistema da língua, é inteiramente descartável, pois é através dele que o enunciado opera. Nas palavras de Bakhtin:

(...) por de trás de cada texto está o sistema da linguagem. A esse sistema corresponde no texto tudo o que é repetido e reproduzido e tudo o que pode ser repetido e reproduzido, tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o dado). Concomitantemente, porém, cada texto (como enunciado) é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (sua intenção em prol da qual ele foi criado). (Bakhtin, 2003a, p.310)

O sistema da língua é utilizado como recurso pelo enunciado, mas não esgota tudo o que o texto abrange. Se o texto utiliza o sistema da língua, nem por isso a ele se reduz, além dele surge a dimensão do enunciado com todo o caráter extralinguístico que comporta.

Em *Gêneros do Discurso*, Bakhtin se dedica a destacar certos tipos fixos de enunciados em meio à singularidade própria dos enunciados. A possibilidade de reunir enunciados singulares em tipos lança luz sobre alguns aspectos do enunciado que se configuram como fundamentais para a distinção entre esse plano e o plano do sistema da língua.

Embora os enunciados sejam únicos e singulares, conforme já ressaltado, Bakhtin procura, neste artigo, apontar algumas características do enunciado que permitem agrupá-los em tipos, sem, contudo, negligenciar sua singularidade. De acordo com o autor: “(...) cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*”. (Bakhtin, 2003b, p.262)

Primeiramente, a existência de gêneros de discursos aponta para o caráter social e histórico do enunciado, pois os gêneros pertencem a determinados campos, ou seja, a certos contextos. Em seguida, eles demarcam que a singularidade do enunciado reside não em sua individualidade, mas na singularidade de um acontecimento situado em uma realidade particular, social, histórica e cultural. Além disso, esse caráter particular do enunciado que, enquanto pertence a certo campo não é mais individual, ultrapassa até mesmo o plano do sistema da língua, uma vez que determina a escolha de determinadas

orações e palavras. Assim, convém acompanhar o pensamento de Bakhtin no artigo acima mencionado a fim de compreender esses três aspectos levantados.

Bakhtin atribui aos gêneros discursivos três componentes: o tema, o estilo e a unidade composicional. Por meio desta conceituação, o autor conclui que os gêneros pertencem a determinados campos, com cada uma dessas características próprias, pois correspondem ao campo ao qual se referem.⁸ Se o campo ao qual o gênero se refere for relacionado diretamente com a realidade concreta e cotidiana, o gênero será chamado de primário. Se, ao contrário, se remeter a um campo mais abstrato, será chamado de gênero secundário. Assim, a distinção entre gênero primário e secundário não diz respeito a uma relação hierárquica, mas, antes, a uma diferenciação de campos. Esses dois tipos de gêneros possuem uma relação recíproca de estreita correspondência. Os gêneros secundários (obras científicas e artísticas) utilizam os primários (diálogos cotidianos, cartas, réplicas, conversas informais) como matéria-prima. Os gêneros primários, por sua vez, são também influenciados pelos secundários. Tanto um romance pode servir-se de um diálogo cotidiano quanto uma conversa informal pode utilizar recursos científicos e artísticos, como, por exemplo, as incorporações dessas linguagens na fala cotidiana. (Bakhtin, 2003b, pgs.263 e 264)

Parece ser a partir da complexa interação entre esses dois tipos de gêneros que Bakhtin afirma a necessidade de examinar o aspecto histórico dos gêneros do discurso, uma vez que esta interação se dá no seio da vida social. Assim, chega-se ao segundo aspecto ressaltado: o caráter social da singularidade do enunciado. Segundo Bakhtin:

(...) faz-se necessária uma elaboração especial da história dos gêneros discursivos (tanto primários quanto secundários), que refletem de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social. Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. (Bakhtin, 2003b, pgs.267 e 268)

Desta afirmação de Bakhtin pode-se concluir que, embora os enunciados sejam únicos e singulares, a singularidade deles se dá no seio da vida social,

⁸ “Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis.” (Bakhtin, 2003b, p.266)

através de gêneros de discursos que pertencem a determinado campo, a certo contexto histórico, social ou cultural.

Essa característica do enunciado permite diferenciar a concepção de Bakhtin da de Saussure. Este, como vimos, concebe a linguagem como dividida em dois polos: o da língua (*langue*), que é social e o da fala (*parole*), que é individual.

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psicofísica (Saussure, 2006, p.27).

Saussure dedica-se apenas ao polo da língua por considerá-lo como o único possível de constituir uma ciência da linguagem, uma vez que esta, para ele, não pode ser estudada em sua totalidade. Apesar de Saussure privilegiar a língua, que é social, o caráter social da língua tal como ele concebe em nada se assemelha ao aspecto social do enunciado valorizado por Bakhtin. Para Saussure, a língua existe na coletividade sob a forma de sinais que são impressos nos indivíduos. A língua, portanto, não comporta nada de singular, representa apenas um padrão coletivo que é recebido pelo indivíduo de forma passiva. Assim, Saussure ao valorizar o caráter social da língua, dela destitui qualquer possibilidade de singularidade. Já Bakhtin consegue conciliar o aspecto social do enunciado com a sua singularidade, porque, para este autor, a singularidade do enunciado se dá no seio da vida social. Cada contexto social do qual o enunciado brota é ele mesmo único e singular. As relações dialógicas entre os enunciados são sempre únicas.

Outro aspecto relevante na crítica de Bakhtin a Saussure consiste na valorização do estilo e da expressividade: os gêneros do discurso podem ultrapassar o sistema da língua, uma vez que determinam a escolha de palavras e orações. Para Bakhtin: “Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos” (Bakhtin, 2003b, p.269). E mais adiante acrescenta: “Porque a própria escolha de uma determinada forma gramatical pelo falante é um ato estilístico.” (Idem, p.269). Para Bakhtin, o estilo é um componente dos gêneros do discurso, que, por sua vez, é social, logo,

não é individual como pensavam alguns linguistas que também se opunham ao estruturalismo, como Vossler.

Embora Bakhtin apenas critique o estruturalismo por não dar conta do caráter social (dialógico) da fala, considero que sua ênfase no ato do indivíduo na escolha tanto das palavras quanto de suas combinações gramaticais busca responder à crítica frequente ao estruturalismo de ter negligenciado o lugar do sujeito na linguagem. Ainda que a “língua” ofereça o código a partir do qual o sujeito utiliza a linguagem, este escolhe as palavras no eixo paradigmático através de seleção e substituição e as ordena no eixo sintagmático através da combinação e contextura, a mera conceituação da estrutura da linguagem e das relações que a definem não permite dar conta do ato singular do sujeito que utiliza esse código. Por que ele escolhe umas palavras em detrimento de outras? Por que as combina de determinada forma e não de outra?

Outra distinção entre o enunciado e o sistema da língua consiste na valorização do plano do enunciado enquanto unidade da comunicação discursiva. Uma vez que as palavras e orações são unidades do sistema da língua, Bakhtin critica a linguística por ignorar o caráter comunicativo da linguagem.

O enunciado enquanto unidade da comunicação discursiva comporta dois aspectos: a alternância dos sujeitos e a conclusibilidade, ambos responsáveis pelo caráter dialógico do enunciado (Bakhtin, 2003b, p.280). Já a oração enquanto unidade do sistema da língua em nada se relaciona com a função comunicativa da linguagem, pois é tratada sob uma perspectiva monológica. Assim, o autor lança uma crítica às teorias linguísticas:

Propunham-se e ainda se propõem variações um tanto diferentes das funções da linguagem, mas permanece característico, senão o pleno desconhecimento, ao menos a subestimação da função comunicativa da linguagem; a linguagem é considerada do ponto de vista do falante, como que de *um* falante sem a relação *necessária* com *outros* participantes da comunicação discursiva. (Bakhtin, 2003b, p.270)

Conceber a linguagem enquanto situada em um contexto no qual todo enunciado está em relação com outros enunciados é valorizar a dimensão da comunicação discursiva em uma perspectiva dialógica. Portanto, exige a consideração da responsividade do ouvinte, pois nenhum enunciado é proferido isoladamente, fora de um contexto, ou seja, ele está sempre em relação com

textos. Em outros termos, todo enunciado é endereçado e o seu sentido depende da interpretação do ouvinte.

Esta característica do enunciado está estreitamente vinculada a um dos aspectos do enunciado enquanto unidade da comunicação discursiva: a alternância dos sujeitos falantes⁹. A alternância dos sujeitos é o âmago da comunicação discursiva, pois é através dela que surge o diálogo. O mais interessante na conceituação de Bakhtin é que essa alternância dos sujeitos não se dá fora da dimensão do enunciado; ela é interior ao próprio enunciado, constituindo a inesgotabilidade de seu sentido.

Em *O Problema do Texto na Lingüística, na Filologia e em Outras Ciências*, Bakhtin faz uma distinção entre sentido e significado. O enunciado enquanto unidade da comunicação discursiva possui um sentido, a oração enquanto unidade do sistema da língua possui um significado. O sentido do enunciado será sempre inesgotável porque, por um lado, provém de enunciados anteriores, com sentidos diversos, pois não há enunciado primeiro, e, por outro, porque a interpretação do ouvinte é parte do sentido do enunciado ouvido, gerando, por sua vez, outros sentidos diversos. Não há, portanto, um sentido acabado; o sentido do enunciado está sempre em constante movimento porque está situado dialogicamente.

Entretanto, não se deve concluir que não há algum ponto de parada do sentido, ou seja, que, em certo momento, o ouvinte atribua um determinado sentido para o enunciado ouvido. O significado, característico do sistema da língua, seria um sentido paralisado, estagnado — tal como é estabelecido pelo código da linguagem. Por exemplo, uma palavra pode possuir um único significado, estabelecido pelo dicionário (valor denotativo), mas em dado contexto, em uma situação peculiar, ela pode adquirir um outro significado, diverso do estabelecido (valor conotativo).¹⁰ A palavra “não” pode ser um bom exemplo, pois dependendo da entonação dada, da situação na qual se insere, de

⁹ “(...) a alternância dos sujeitos do discurso, que emoldura o enunciado e cria para ele a massa firme, rigorosamente delimitada dos outros enunciados a ele vinculados, é a primeira peculiaridade constitutiva do enunciado como unidade da comunicação discursiva, que o distingue da unidade da língua.” (Bakhtin, 2003b, p.280)

¹⁰ A distinção entre uso denotativo e uso conotativo é freqüentemente encontrada nas Gramáticas da Língua Portuguesa. Cf. Nicolau., Infante, J. **Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1994, p.141.

quem fala e para quem é proferida, ela pode muito bem significar um “sim”, sobretudo se for enunciado com uma entonação irônica.

Contudo, mesmo para a compreensão de que a palavra foi proferida de modo irônico, é preciso, primeiramente, compreender o seu significado isolado. Há de se notar que o falante utilizou um “não” (que tem o significado de “não”), com uma certa entonação que fez com tal significado adquirisse o sentido de um “sim”; somente deste modo se atinge a compreensão da ironia.

Esse primeiro momento da interpretação do ouvinte, que é a compreensão do significado, não é descartado por Bakhtin, assim como ele também não nega o funcionamento do sistema da língua. Ao definir o movimento dialógico, Bakhtin ressalta um primeiro momento de interpretação que não possui um caráter dialógico, pois pertence ao plano do sistema da língua, mas que, contudo, é necessário para este movimento:

O texto só tem vida contatando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de texto eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo. Salientemos que esse contato é um contato *dialógico* entre textos (enunciados) e não um contato mecânico de ‘oposição’, só possível no âmbito de um texto (mas não do texto e dos contextos) entre os elementos abstratos (os signos no interior do texto) e necessário apenas na primeira etapa da interpretação (da interpretação do significado e não do sentido). (Bakhtin, 2003c, p.401, grifo meu)

Deste modo, ao conceber a alternância dos sujeitos e a inesgotabilidade do sentido, sem culminar em uma interpretação aleatória do sentido, Bakhtin acrescenta uma outra característica do enunciado envolvida na alternância dos sujeitos: a conclusibilidade.¹¹ De acordo com o autor, é a conclusibilidade que permite a resposta do ouvinte, necessária à alternância dos sujeitos. Dito de outro modo, para que o ouvinte possa responder, é preciso que ele compreenda o que foi proferido pelo falante. Tal compreensão exige que se vá além da compreensão do significado para que se compreenda o sentido do enunciado. Nas palavras de Bakhtin:

Alguma conclusibilidade é necessária para que se possa responder ao enunciado. Para isso não basta que o enunciado seja compreendido no sentido *de língua*. Uma oração absolutamente compreensível e acabada, se é oração e não enunciado

¹¹ “A conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições.” (Bakhtin, 2003b, p.280)

constituído por uma oração, não pode suscitar atitude responsiva: isso é compreensível mas ainda não é *tudo*. Esse *tudo* — indício da *inteireza* do enunciado — não se presta a uma definição nem gramática nem abstrato-semântica. (Bakhtin, 2003b, p.280)

Assim, a conclusibilidade é que possibilita a responsividade do ouvinte, constituindo junto com a alternância dos sujeitos falantes uma característica essencial do enunciado enquanto unidade da comunicação discursiva. Por isso, as orações e palavras, enquanto unidades do sistema da língua, não são capazes de dar conta da função comunicativa da linguagem, uma vez que estas constituem apenas parte dessa função.

Portanto, a crítica de Bakhtin à linguística revela-se plenamente justificável em virtude do desconhecimento que esta disciplina parece ter do caráter comunicativo da linguagem. Tal crítica estende-se a Saussure em virtude da ficção que este mantém quanto à dualidade falante e ouvinte.

Em *Curso de Linguística Geral*, Saussure apresenta o circuito da fala¹², no qual a posição do ouvinte e do falante é claramente delimitada. Saussure propõe que imaginemos dois indivíduos: indivíduo A e indivíduo B. O circuito da fala inicia-se em A. Em um primeiro momento, um dado conceito suscita no cérebro de A uma imagem acústica correspondente. Saussure considera esta etapa inicial como um fenômeno inteiramente psíquico, pois se refere à associação de um conceito a uma imagem acústica (uma palavra). Em seguida, o cérebro de A transmite aos órgãos da fonação um impulso correlativo da imagem acústica. Esta etapa é considerada por Saussure como um processo fisiológico, uma vez que diz respeito a uma ação psicomotora. Segue-se a este momento a propagação das ondas sonoras da boca de A até o ouvido de B. Esta etapa é considerada pelo autor como um processo puramente físico. Dá-se, então, a inversão do circuito: do ouvido de B a imagem acústica é transmitida ao cérebro por um processo fisiológico. Na quinta e última etapa, no cérebro de B ocorre a associação psíquica da imagem acústica a um conceito. Saussure acrescenta que se B falar, esse novo ato seguirá o mesmo percurso que o primeiro, passando pelas mesmas etapas sucessivas (Saussure, 2006, pgs. 19 e 20).

¹² Quanto ao vocabulário um tanto rudimentar de Saussure, convém que levar em conta que esse circuito da fala foi elaborado no início do século XX, possivelmente entre 1907 e 1911, época em os cursos foram ministrados.

Assim, Saussure divide o circuito da fala em quatro dualidades. A primeira ele divide em exterior e interior: a parte exterior vai da propagação dos sons da boca até o ouvido e a parte interior compreende o restante do circuito. A segunda Saussure divide em psíquica e não-psíquica: a psíquica concerne à associação da imagem acústica ao conceito e a não-psíquica abarca os outros processos, o fisiológico e físico. A terceira o autor divide em ativa e passiva: a ativa abrange o que vai do centro de associação de um dos indivíduos até o ouvido da outra (as três primeiras etapas do circuito) e a passiva compreende tudo o que se passa do ouvido desta até o seu centro de associação (as duas últimas etapas do circuito). A quarta parte é dividida em executiva e receptiva: a executiva é processo psíquico que associa o conceito à imagem acústica (primeira etapa do circuito) e a receptiva é o processo psíquico de associação da imagem acústica ao conceito (quinta etapa do circuito) (Saussure, 2006, p.21).

As duas últimas partes do circuito da fala parecem ser as responsáveis pelo que Bakhtin denomina como ficção do ouvinte passivo. Saussure, ao conceber uma dicotomia ativa/passiva e executiva/receptiva, atribui ao ouvinte uma posição passiva no circuito da fala. Ao ouvinte, que no exemplo dado é o indivíduo B, apenas convém receber passivamente as ondas sonoras que por um processo fisiológico são correlacionadas a uma imagem acústica (parte passiva) e, em seguida, associar essa imagem acústica ao conceito correspondente (parte ao mesmo tempo passiva e receptiva).

Em todo o circuito da fala, a comunicação discursiva, tal como Bakhtin concebe, jamais é considerada. Um certo posicionamento do ouvinte poderia ser considerado como ativo quando ocorre a associação da imagem ao conceito. Além disso, conforme assinala Saussure:

A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações. (Saussure, 2006, p.22)

Contudo, tal individualidade ainda permanece à sombra de uma passividade porque essas combinações se dão pelo recurso ao código do sistema da língua. Ainda que Saussure atribua a esse processo associativo um caráter individual, pois

ele o relaciona à fala (*parole*), o autor acrescenta que é através do funcionamento das faculdades receptiva e coordenativa que se formam os sinais que estão presentes em todos, ou seja, os signos da língua. A esse respeito, Saussure considera que o processo da fala, por um lado, é anterior à língua (*langue*): “(...) esta [a fala] é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes” (Saussure, 2006, p.27). Por outro lado, são os próprios signos da língua que estão impressos no “cérebro” e que permitem a associação da imagem ao conceito:

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo. (Saussure, 2006, p.21)

Deste modo, observa-se que o lugar que Saussure atribui ao ouvinte no circuito da fala não deixa margem para nenhuma atitude responsiva. Primeiramente porque o circuito da fala coloca o ouvinte em uma posição passiva. Além disso, na própria concepção de circuito da fala não está incluída nenhuma das características do plano do enunciado, portanto, a comunicação discursiva não é abarcada pelo circuito. Novamente, é ao plano da língua que Saussure se atém, no qual o indivíduo é sempre passivo: “A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; (...)” (Saussure, 2006, p.22).

Bakhtin não chega a negar a passividade do ouvinte, mas ele a considera apenas como um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva, sobre o qual não há o menor interesse em se deter. Conforme já ressaltado, o objeto de Bakhtin é a comunicação discursiva; esta ultrapassa esse momento abstrato no qual o ouvinte se situa, momentaneamente, em uma posição passiva. Deste modo, a crítica de Bakhtin a Saussure torna-se compreensível:

Nos cursos de linguística geral (inclusive em alguns tão sérios quanto o de Saussure), aparecem com frequência representações evidentemente esquemáticas dos dois parceiros da comunicação discursiva — o falante e o ouvinte (o receptor do discurso); sugere-se um esquema de processos ativos de discurso no falante e de respectivos processos passivos de discurso no ouvinte. Não se pode dizer que esses esquemas sejam falsos e que não correspondam a determinados momentos da realidade; contudo, quando passam ao objetivo real da comunicação discursiva eles se transformam em ficção científica. (Bakhtin, 2003b, p.271)

Negligenciar a função comunicativa da linguagem é, para Bakhtin, desconhecer o plano do enunciado, no qual se dão as relações dialógicas. Estas permitem compreender o enunciado como um elo na cadeia de enunciados. O falante, quando enuncia, não é o primeiro, e o ouvinte, quando ouve um proferimento, dá prosseguimento à enunciação, ele enuncia também. Sem considerar este aspecto central, perde-se a dimensão da comunicação discursiva:

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. (Bakhtin, 2003b, p.271)

Assim, a crítica de Bakhtin à linguística se abate sobre a redução da linguagem ao seu nível formal, ao sistema da língua. Este não é capaz de dar conta do que se passa no texto enquanto enunciado. Enquanto que o sistema da língua é reprodutível e pode ser traduzido em um sistema de signos, o enunciado é único, não é traduzível e somente é dado em situação, em certo contexto e, sobretudo, em relação a outros textos.

É justamente por estar sempre situado em relação a outros textos que o texto enquanto enunciado é sempre um acontecimento único e singular. Se um sujeito profere uma oração idêntica a uma oração proferida por outra pessoa ou por ele mesmo em outra ocasião, essa oração adquirirá um sentido diverso por se relacionar a um outro conjunto de enunciados. Por exemplo, se o presidente Lula proferir “O Estado sou eu”, essa oração possuirá um sentido bem diferente do que possuiu quando foi enunciada por Luis XIV no século XVIII. Assim, no plano do sistema da língua, esse texto possui um mesmo significado linguístico – a oração é a mesma, apenas foi traduzida em outro idioma –, entretanto, no plano do enunciado, trata-se de um texto bem diverso, comportando outros sentidos, porque relacionado a outro contexto.

Este caráter singular do enunciado advém das relações dialógicas que o perpassam. Todo enunciado relaciona-se a outros enunciados. Por um lado, não há enunciado primeiro, todo enunciado é um elo na cadeia de enunciados e, por outro lado, nenhum enunciado profere a última palavra, pois sempre poderá adquirir outro sentido posteriormente. A inesgotabilidade do sentido é uma característica de todo enunciado, uma vez que o sentido do enunciado enquanto unidade da comunicação discursiva permanece sempre em constante movimento, em

contraposição ao significado estagnado da oração enquanto unidade do sistema da língua.

Portanto, ao considerar as relações dialógicas como um caráter fundamental da compreensão do ser humano e do uso que este faz da linguagem, a linguística, que, ao contrário, atém-se apenas ao sistema da língua e não abarca a dimensão dialógica, só poderia se revelar, aos olhos de Bakhtin, como, no mínimo, um atentado à especificidade das ciências humanas. O desconhecimento do plano do enunciado, da linguagem enquanto comunicação discursiva e, conseqüentemente, das relações dialógicas aí envolvidas parece ser o que leva Bakhtin a censurar a linguística estrutural:

O objeto da linguística é apenas o material, apenas o meio de comunicação discursiva mas não a própria comunicação discursiva, não o enunciado de verdade, nem as relações entre eles (dialógicas), nem as formas da comunicação, nem os gêneros do discurso. (...) A linguística estuda apenas as relações entre os elementos no interior do sistema da língua, mas não as relações dos enunciados com a realidade e com a pessoa falante (o autor) (Bakhtin, 2003a, p.324).

Assim, torna-se bastante compreensível a crítica que Bakhtin faz a Saussure, que coloca em um nível secundário todos os elementos da linguagem que escapam ao plano do sistema da língua. Para Saussure, somente o estudo do sistema da língua permite a construção de uma ciência da linguagem, a linguística, que será, portanto, nada mais que uma ciência da língua, enquanto sistema de signos.

2.3

Teorias da Enunciação

Embora tenha sido muito difundida a ideia de que a linguística estrutural restringia a compreensão da linguagem aos aspectos da língua como sistema, sem levar em consideração a situação concreta do ato de fala, convém salientar que alguns de seus herdeiros estruturalistas, como Jakobson e Benveniste, ultrapassaram o modelo saussuriano do qual partiram, incluindo em suas considerações o âmbito do discurso - da atualização única e singular do código da língua, realizada pelo falante.

Veremos que, com o relevo dado às “instâncias do discurso”, definidas por Benveniste como “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em fala¹³ por um locutor” (Benveniste, 1976a, p.277), a crítica segundo a qual o estruturalismo executara a “morte do sujeito”, deve ser, no mínimo, matizada, uma vez que pela ênfase na noção de discurso concede-se um lugar para o falante frente à estrutura.

Do mesmo modo, também Jakobson abordou a dimensão discursiva da linguagem, ao dar relevo à noção de *shifters*: palavras que apesar de pertencerem ao código da língua precisam remeter-se à mensagem, ao ato de fala, para serem compreendidas. *Shifters* são designadores que somente podem ser entendidos através da referência à dimensão da enunciação do discurso. Com a ênfase no plano da enunciação, assegura-se para o falante uma posição relevante na compreensão da linguagem.

2.3.1

Contribuição de Benveniste: O Discurso na Estrutura

Benveniste concede um lugar para o falante na estrutura da linguagem, ao se interrogar sobre sua função comunicativa, da qual propõe uma conceituação bem singular. O linguista verifica que, ao contrário do que tradicionalmente fomos levados a pensar, a linguagem não é de forma alguma um instrumento de comunicação isolado tanto do emissor quanto do receptor. Para Benveniste, pensar a linguagem como um mero instrumento material utilizado pelo homem para comunicar-se com outros homens implica dissociar o homem da linguagem e cair na ficção de um período original no qual um homem possuidor de uma natureza independente da linguagem a criaria para comunicar-se. Somente a crença em uma origem mítica do homem permitiria sustentar a tese de que a linguagem é um instrumento de comunicação. Ora, o que Benveniste assinala é que jamais encontramos no mundo esta ficção, pois a única realidade com a qual

¹³ A fim de respeitar a tradução correntemente dada à dicotomia da linguagem (*language*), inaugurada por Saussure no *Curso de Linguística Geral*, entre língua (*langue*) e fala (*parole*), substituiremos o termo “palavra” (*mot*) pelo termo “fala” (*parole*) nos casos em que se tratar do conceito saussuriano de fala – atualização do código da língua.

lidamos é a realidade do discurso: a de um homem falando com outro homem. Em suas palavras:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (Benveniste, 1976b, p.285)

Então, se a linguagem não é um instrumento de comunicação, o que lhe assegura a função comunicativa exercida no âmbito do discurso? Para responder a essa questão Benveniste recorre a uma série de indicadores da língua, tais como os pronomes pessoais e demais indicadores de pessoa, tempo, lugar, objeto mostrado e outros, a fim de destacar que é na própria linguagem que devemos procurar a aptidão da fala em garantir a comunicação na atualização da língua¹⁴.

O problema da comunicação intersubjetiva seria resolvido pela própria linguagem, ao disponibilizar uma série de signos especiais, os dêiticos ou indicadores, que permitem ao falante deles se apropriar. Nas palavras do linguista: “O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso” (Benveniste, 1976a, p.280).

Em “A natureza dos pronomes” (1976a), Benveniste destaca que há pronomes, sobretudo os pessoais *eu/tu*, que somente podem ser compreendidos por referência às instâncias do discurso. São estes indicadores como o pronome “eu” do qual derivam outros dêiticos (como formas adverbiais – tempo, lugar; como formas pronominais – pessoa e demonstrativos de objeto) que permitem a conversão da linguagem em discurso, assegurando, assim, a comunicação. Mas o motivo pelo qual a linguagem não seria um instrumento de comunicação é que esta conversão só pode efetuar-se pela referência necessária ao lugar do falante na instância de discurso, ao “eu”.

Todo esse grupo de expressões somente pode ser compreendido em referência ao “sujeito que fala”. Por exemplo, os advérbios *aqui* e *agora*: o primeiro apenas delimita a instância espacial (*aqui*) pela coextensão ou

¹⁴ “Uma vez remetida à fala essa função [comunicativa], podemos perguntar-nos o que a predisponha a assegurá-la. Para que a fala assegure a “comunicação”, é preciso que esteja habilitada a isso pela língua, da qual é apenas a atualização. De fato, é na linguagem que devemos procurar a condição dessa aptidão.”(Benveniste, 1976b, p.285)

contiguidade com a instância de discurso que contém o “eu”; assim como *agora* somente delimita uma instância temporal pela contemporaneidade da presente instância discursiva remetida ao “eu”. O mesmo ocorre com as formas pronominais pessoais e demonstrativas. O pronome pessoal *tu*, para ser compreendido, precisa referir-se ao falante, àquele que ocupa o lugar de “eu” na instância discursiva. Os pronomes demonstrativos, como *este*, *aquele* e outros, também só exercem sua função indicativa em referência à instância de discurso que indica. Este grupo de expressões é denominado como indicadores ou dêiticos:

Desses pronomes [pessoais] dependem por sua vez outras classes de pronomes, que participam do mesmo *status*. São os indicadores da *déixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e as suas numerosas correlações “isso, ontem, no ano passado, amanhã”, etc. Têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia. (Benveniste, 1976b, p.288)

Segundo Benveniste, diferentemente dos signos linguísticos, estas formas “pronominais” não remetem a uma realidade fora do discurso, nem a posições objetivas no espaço e no tempo, pois dependem da enunciação, ou seja, da presente instância discursiva para poderem significar algo. Como saberei quando foi “ontem” sem recorrer ao tempo real no qual esta enunciação é proferida? Como posso entender o que “este” designa, sem apelar à posição espacial particular que ocupa aquele que enuncia este pronome demonstrativo?

Em virtude da dependência da instância discursiva, estas expressões não constituem apenas um tipo particular de signo que apresenta uma diferença formal quanto a sua estrutura morfológica e sintática, por não se reduzir a um nome referente a uma noção lexical. Há ainda uma diferença de natureza mais geral, que leva Benveniste (1976a) a situar a forma pronominal “eu” em um nível ou tipo de linguagem denominado de pragmático. Este nível pragmático da linguagem ultrapassa o nível dos signos ao incluir aquele que emprega os signos, ou seja, o falante.

Essa outra propriedade fundamental do “eu”, assinalada como pragmática pelo linguista, consiste em sua distinção dos demais signos linguísticos no que se refere à função virtual de designar objetos gerais - função que no ato de fala é atualizada em objetos singulares. Por exemplo, o signo linguístico “mesa” designa

um objeto virtual que em cada ato de fala se atualiza em uma mesa singular. O conceito de mesa permanece o mesmo em cada uma das mesas singulares. Um signo linguístico possui uma natureza conceitual, por isso cumpre a função de designar objetos gerais. Contudo, para Benveniste, nem todos os signos linguísticos podem ser compreendidos deste modo. Não é isso o que ocorre com o pronome “eu”, pois não há um objeto geral “eu”; este pronome possui uma referência própria que somente em cada atualização singular da língua é desempenhada pelo sujeito que fala. Esta é uma propriedade fundamental do “eu” que o distingue dos demais signos linguísticos:

Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e “objetiva”, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. No entanto, as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há “objeto” definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente estas instâncias. Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal. (Benveniste, 1976a, p.278)

Portanto, uma vez que *eu* não pode se definir em termos de objetos como um signo nominal, sua definição restringe-se a termos de “locução”, ou seja, a única “realidade” a qual o *eu* remete é a “realidade de discurso”: “(...) a forma *eu* só tem existência linguística no ato de fala que a profere” (Benveniste, 1976a, p.279).

No entanto, esta introdução da posição do falante como fator fundamental para a compreensão da função comunicativa da linguagem, assegurada pela possibilidade que a própria linguagem fornece ao dispor de uma série de formas pronominais aptas a serem apropriadas pelo sujeito no exercício do ato de fala, chega até mesmo a ir mais além da mera introdução da posição do falante. Para Benveniste, o ato da comunicação permite ao falante constituir-se como sujeito.

Em “Da subjetividade na linguagem” (1976b), Benveniste aborda a noção de subjetividade “como a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (Benveniste, 1976b, p.287). Para o linguista, a subjetividade não é o sentimento que experimentamos de sermos nós mesmos, mas, antes, a unidade psíquica que reúne a totalidade de nossas experiências, transcendendo-a e garantindo a permanência da consciência. E o que justamente permite esta apreensão das experiências nada mais é que “a emergência no ser de uma propriedade da

linguagem” (Benveniste, 1976b, p.286). É o *status* linguístico da “pessoa” que determina a subjetividade.

Portanto, é evidente que o desdobramento dado por Benveniste à linguística estrutural não culminou na redução do sujeito à estrutura, ao contrário, consistiu na consideração de que a subjetividade é produzida pela linguagem, mas em sua atualização concreta em um ato de comunicação discursiva. O sujeito não é um mero resultado da estrutura da linguagem, é, antes, produto de um ato discursivo que se efetua sempre no âmbito da intersubjetividade.

Assim como não há um falante anterior à linguagem, também não há um falante isolado do emissor, e a noção de subjetividade, para Benveniste, derivaria desta dupla impossibilidade. O sujeito adviria da atualização da língua em discurso, da apropriação que o falante faz do código da língua, em uma situação intersubjetiva cujo resultado seria a comunicação. Benveniste conceitua a linguagem como uma aptidão a exercer a comunicação intersubjetiva. Subjetividade, comunicação e linguagem se constituem a um só tempo.

Por um lado, a subjetividade depende de propriedades da linguagem que se efetua no âmbito do discurso, por outro, só há comunicação porque há um sujeito que, ao se apropriar da instância discursiva “eu”, dirige-se a outra pessoa. Nas palavras do linguista:

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito* remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência totalmente pragmática. (Benveniste, 1976b, p.287)

Ao assinalar a importância deste processo de apropriação da linguagem pelo sujeito que fala a alguém, Benveniste avança em relação ao modelo saussuriano de linguagem. Entre o plano da língua, sistema de signos regido por regras sociais que se restringem ao seu caráter universal, distinto do caráter intersubjetivo, e o plano da fala, ato individual de atualização do código da língua, Benveniste introduz o plano do discurso: “que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística” (Benveniste, 1976b, p.293).

O plano do discurso, responsável pela função comunicativa da linguagem, não se restringe à noção saussuriana de fala, pois além da atualização individual da língua, as instâncias do discurso abarcam a posição de um sujeito que se constitui em relação a outro, constituindo, ao mesmo tempo, a própria possibilidade de a linguagem comunicar. A comunicação se constitui, assim, por um ato que funda um sujeito que nela também se constitui ao falar com alguém.

Este ato de fala concebido deste modo, como plano do discurso, inaugura a dimensão da enunciação a partir da qual um ato de fala individual adquire alcance social. Benveniste, para abordar este alcance social do âmbito do discurso, e inspirado na teoria dos performativos de Austin, recorre à enunciação subjetiva de alguns verbos como *jurar*, *prometer*, *garantir*. Tais verbos quando proferidos pela terceira pessoa, *ele*, não obtêm esse efeito, porque se reduzem a uma mera descrição. Dizer “Ele jura” é descrever que uma terceira pessoa, a ser ocupada por alguém na instância do discurso, jura. Já quando digo “Eu juro”, não descrevo que estou jurando, pois de fato juro. A enunciação se confunde com o próprio ato, adquirindo, assim, alcance social. Nas palavras do linguista:

A enunciação *je jure* é o próprio ato que me compromete, não a descrição do ato que eu cumprio. Dizendo *je promets*, *je garantis*, prometo e garanto efetivamente. As consequências (sociais, jurídicas, etc.) do meu juramento, da minha promessa se desenrolam a partir da instância de discurso que contém *je jure*, *je promets*. A enunciação identifica-se com o próprio ato. Essa condição, porém, não se dá no sentido do verbo: é a “subjetividade” do discurso que a torna possível. (Benveniste, 1976b, p.292)

Da ênfase concedida ao plano do discurso, Benveniste em “La forme et le sens dans le langage” (1974) explicita o movimento pelo qual ele foi levado a ultrapassar o modelo saussuriano e abordar a distinção entre a forma e o sentido na linguagem, instituindo uma dicotomia entre a dimensão semiótica e a dimensão semântica da linguagem.

É novamente ao se perguntar pela função comunicativa da linguagem que Benveniste chega ao âmbito do ato de fala pelo qual o falante coloca em ação a língua. Estabelece, assim, a distinção entre o signo e a frase. Enquanto o signo linguístico caracteriza-se por significar, ao adquirir significação por meio da relação de oposições binárias com outros signos no sistema da língua, a frase se ocupa de comunicar, ou seja, de efetuar a atualização linguística do pensamento

do falante. Assim, o signo é a unidade semiótica que permite significar, enquanto a frase é a unidade semântica que permite comunicar.

Comunicar torna-se uma propriedade da função semântica da língua que ultrapassa a significação de um signo linguístico, remetendo à situação do discurso:

A semiótica caracteriza-se como uma propriedade da língua, a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca em ação a língua. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não comporta aplicações particulares; a frase, expressão da semântica, é somente particular. Com o signo, atinge-se a realidade intrínseca da língua; com a frase, reunimo-nos às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem como parte constituinte o significado que lhe é inerente, o sentido da frase implica a referência à situação do discurso e a atitude do locutor. (Benveniste, 1974, p.225)

Pode-se observar, portanto, que a introdução da noção discurso, solidária da noção de um sujeito que fala a outro, assinala uma característica própria dos caminhos propostos pelo estruturalismo, que em nada se reduzem à polarização saussuriana entre língua e fala, tampouco ao privilégio concedido à língua, que culminaria em um apagamento da posição do sujeito frente à estrutura da linguagem.

2.3.2

Contribuição de Jakobson: Os *Shifters*

Geralmente, destaca-se que a grande influência de Jakobson sobre Lacan consistiu na articulação que este fez das noções de metáfora e metonímia aos mecanismos inconscientes. Tais noções, conforme vimos, são regras de funcionamento da língua enquanto sistema de signos. Mas também Jakobson não se atém somente ao plano da língua, como postulava Saussure. Em sua abordagem da linguagem, nela introduz a distinção entre o código e a mensagem, e realiza diversos trabalhos sobre o plano da mensagem, semelhante ao nível do discurso, da atualização da língua em um ato de fala. Um desses trabalhos é o artigo de que falaremos neste tópico, “*Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe*

russe”(1963) citado por Lacan em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957).

O que geralmente não se destaca é que também Lacan, ao recorrer à linguística estrutural de Jakobson, emprega noções do âmbito da mensagem. Lacan utiliza uma noção muito semelhante à noção de dêitico, a noção de *shifter*, para abordar a alucinação verbal, em seu “Seminário 3 – As psicoses” (1955-56) e em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957), recorrendo, portanto, a uma noção que remete à atualização da língua em um ato de fala. Do mesmo modo, também a noção de sujeito da enunciação é empregada por Lacan a fim de destacar o que seria o sujeito do inconsciente. Nos capítulos seguintes desta tese, abordaremos essa apropriação de Lacan, mas antes convém indagar de que modo Jakobson, a quem Lacan faz referência, conceitua a noção de *shifter* e a distinção entre plano do enunciado e plano da enunciação.

Primeiramente, Jakobson parte de uma distinção solidária da distinção saussuriana entre língua e fala: a distinção entre o código e a mensagem. Para o linguista, a mensagem e o código subjacente são os suportes da comunicação discursiva, a primeira é aquilo que é dito, e o código é o conjunto de signos e regras de que dispõe o falante para dizer alguma coisa. Por exemplo, para que o ouvinte compreenda o que eu digo quando afirmo que “a maçã é verde”, é necessário que eu e o ouvinte compartilhemos um código comum- para que saibamos o que é maçã e o que é verde.

Mas essa não é a única maneira pela qual código e mensagem se articulam, pois tanto o código pode remeter a si mesmo ou remeter à mensagem, bem como a mensagem pode também referir-se a si mesma ou ao código. Os *shifters* resultam do remetimento do código à mensagem. Em outras palavras, nesses casos, para a compreensão da frase não basta a referência ao código, é preciso que se esteja referido também à mensagem, à situação concreta do ato de fala. É o caso do pronome pessoal “eu”, conforme ressaltado por Benveniste. Mas é também o caso de várias outras palavras apontadas por Jakobson.

Aliás, não somente a noção de *shifter* é empregada por Lacan na abordagem dos fenômenos elementares da psicose, mas também os demais tipos de articulação entre código e mensagem. O remetimento do código sobre o código é o caso dos nomes próprios e difere dos demais signos linguísticos que possuem uma significação própria. Por exemplo, o signo maçã designa um tipo de fruta que

pode ser atribuída a todas as frutas que compartilhem dessa designação comum. Mas o nome “José”, por exemplo, não possui uma propriedade comum que possa ser reconhecida nas pessoas. “José” designa apenas qualquer um que porte esse nome: “a significação geral de um nome próprio não pode se definir fora de um remetimento ao código” (Jakobson, 1963, p.177). A chamada “língua fundamental” de Schreber pode ser compreendida como um remetimento do código ao código.

Já o remetimento da mensagem sobre a mensagem abrange as citações de outras pessoas e as autocitações de nossas próprias falas passadas ou futuras, indicando a distinção da enunciação e do enunciado no interior do enunciado. Por exemplo, quando se diz “Quando for eleito, direi: ‘muito obrigado...’”. No plano da enunciação o emissor é aquele que diz o que dirá no futuro. No plano do enunciado, o que ele dirá posteriormente é um enunciado no interior desse enunciado. Também essa distinção dos planos do enunciado e da enunciação é utilizada por Lacan, conforme veremos adiante.

Pode ainda a mensagem remeter ao código, como ocorre nos casos denominados por Jakobson de “modo autônomo do discurso”. Ocorre em frases que tem por objeto a elucidação de palavras ou mesmo frases: “Cão é uma palavra monossilábica”.

Enfim, para elucidar o remetimento do código à mensagem, como é o caso dos *shifters*, Jakobson recorre ao estudo que Burks realizou a respeito da classificação de Peirce dos signos: símbolos, índice e ícone. Para Peirce, um símbolo oferece uma designação, dada por uma regra convencional, a um determinado objeto, conferindo a este uma representação. Como no exemplo anterior da palavra “maçã”. Um índice, por sua vez, mantém com o objeto representado uma relação existencial (por exemplo, o ato de mostrar alguma coisa através do dedo). Em lugar de oferecer um conceito ao objeto, o índice se refere a ele na realidade externa. Portanto, somente pode ser entendido através do recurso à referência da situação concreta em que é enunciado. Para Jakobson, os *shifters* comportariam tanto o caráter de símbolos quanto de índice.

Se retomarmos a definição de Benveniste de “dêiticos”, podemos equipará-la ao índice de Peirce. Principalmente porque os dêiticos distinguem-se dos demais signos linguísticos por prescindirem da função de designar objetos gerais. Não

possuindo uma significação própria, os dêiticos se caracterizam pela necessidade de uma referência à situação real do discurso para serem compreendidos.

Quanto a este ponto, Jakobson aborda os *shifters* de uma maneira um pouco diversa dessa definição de dêiticos concedida por Benveniste, a quem ele inclusive cita ao abordar o caráter de *index* que o *shifter* comporta. Concordando com Burks, os *shifters* não se reduziriam ao *index*, pois comportariam ainda a propriedade dos símbolos. Para Jakobson, os *shifters* são “símbolo-índice” (ou termo-índice como é comumente usado, inclusive por Lacan), pois possuem uma designação comum, dada por uma regra convencional, ainda que esta designação somente possa ser preenchida por meio da referência ao processo de enunciação. É o caso do pronome pessoal “eu”.

Nas palavras do linguista:

Assim, de um lado, o signo “Eu” não pode representar seu objeto sem estar associado “por uma regra convencional”, e em códigos diferentes o mesmo sentido é atribuído a sequências diferentes, tais como “eu”, “ego”, “ich”, “I”, etc.: então “eu” é um símbolo. Por outro lado, o signo “eu” não pode representar seu objeto se ele não está “em uma relação existencial” com esse objeto: a palavra “eu” designando o enunciador está em uma relação existencial com a enunciação, então, ele funciona como um *index* (Jakobson, 1963, p.179).

Os *shifters*, tais como os símbolos de Peirce, possuem uma significação geral própria – única e constante – no código da língua. Mas essa significação geral somente pode ser compreendida ao ser referido à situação particular do ato de fala. Por isso, a dimensão da enunciação é fundamental na sua compreensão, definindo-o como remetimento do código à mensagem: “Na verdade, a única coisa que distingue os *shifters* de todos os outros constituintes do código linguístico é o fato de que eles remetem obrigatoriamente à mensagem” (Jakobson, 1963, p.179).

Em virtude desta complexidade que Jakobson vislumbra nesta classe de palavras, os *shifters*, o linguista é levado a solidarizar-se com as dificuldades que as crianças experimentam em incluir em seu processo de aquisição da linguagem o aprendizado desta categoria de palavras. E a história da linguística cruza neste ponto com o processo individual de aquisição da linguagem, pois ambos alcançam somente gradualmente a passagem do código à mensagem, da língua à fala, como

movimento fundamental para o funcionamento da linguagem. De acordo com Jakobson:

Se nós observarmos que mesmo os linguistas tiveram dificuldades em definir a significação geral do termo “eu” (ou “tu”), que significa a mesma função intermitente de diferentes sujeitos, é totalmente compreensível que uma criança que aprendeu a identificar-se a seu nome próprio não se habitue facilmente a termos tão alienáveis como os pronomes pessoais: ela pode hesitar em falar de si mesma em primeira pessoa ainda que seus interlocutores a chamem “tu” (Jakobson, 1963, p.180).

Também Lacan foi sensível à importância desta passagem na constituição do sujeito na e pela linguagem. Ao abordar alguns fenômenos que se apresentam atrelados à dimensão imaginária, as complexas relações entre “eu” e “tu” são concebidas por Lacan como resultado do complicado processo de entrada na linguagem, manifestados muitas vezes nos fenômenos elementares da psicose.

2.4

A Teoria dos Atos de Fala de Austin

Poderia parecer estranho evocar a teoria da linguagem de um filósofo para dar conta justamente do plano da atualização concreta da língua. Se mesmo a linguística estrutural sucumbiu à crítica de ter abordado a linguagem em um plano por demais abstrato, o que poderíamos esperar de uma disciplina cuja tarefa principal é buscar os princípios universais e necessários do pensamento? O próprio Freud encarregou-se de afastar de sua metapsicologia a especulação filosófica, sob pena de negligenciar a prática da qual deriva a experiência psicanalítica. Portanto, cientes da advertência freudiana, somente mencionamos uma filosofia da linguagem porque esta se situa em um momento muito especial da história da filosofia, em que o método especulativo era substituído pela análise da linguagem através da qual conhecemos o mundo e por meio da qual temos a experiência dele.

Este período da história da filosofia é conhecido como a “virada linguística”, inaugurada pela tradição britânica da filosofia analítica, que buscava

elucidar os elementos centrais de nossa experiência através da análise da linguagem. Nas palavras de Danilo Marcondes (1990):

Esta elucidação se dá não através de um método especulativo ou introspectivo, mas mediante a análise da forma lógica das sentenças em que nosso conhecimento, crenças e opiniões sobre o real se expressam e nossa experiência se articula. (Marcondes, 1990, p.8)

Certamente, se a “virada linguística” se detivesse apenas na análise formal das sentenças, como propunha a filosofia analítica da linguagem, o plano da experiência seria deixado um pouco de lado. E, de fato, foi o que aconteceu, mas não sem a contrapartida das novas propostas colocadas pela filosofia da linguagem ordinária, da qual Austin é um dos principais expoentes.

Segundo Marcondes (1990), a “virada linguística” se desdobrará em duas tendências com objetivos diferentes. A primeira consistirá em analisar a sentença no plano lógico-formal, a fim de extrair sua forma lógica e seus elementos constitutivos. A segunda, filosofia da linguagem ordinária conhecida também por “Escola da Oxford”, buscará dar um novo tratamento às questões filosóficas tradicionais (em teoria do conhecimento, teoria da percepção, ética, etc.), através de uma análise linguística de seus conceitos e do uso que deles fazemos na linguagem cotidiana. Assim, se, por um lado, determinadas sentenças, tais como as metafísicas, estéticas e morais¹⁵, se mostravam inapreensíveis formalmente pelo modelo da primeira tendência, por outro, através do método da segunda, conceitos tais como “bem”, “belo” e “justo” terão lugar por não serem examinadas pelo método especulativo, nem pelo método formal, mas pelo uso cotidiano e convencional que fazemos dessas palavras em nossa experiência.

Ainda de acordo com Marcondes (1990), a fim de dar conta destas questões mais gerais, Austin é levado a elaborar uma teoria da linguagem como ação em um contexto, pois ao se debruçar sobre os enunciados que pareciam desprovidos de sentido para a lógica formal, o filósofo de Oxford chega à formulação dos enunciados denominados “performativos”. E como isso foi feito?

¹⁵ Conforme adverte Costa (2003), a exclusão desses três tipos enunciados foi estabelecida pelo “primeiro Wittgenstein, o do *Tractatus Logico-Philosophicus*, embora outros representantes da filosofia analítica da linguagem tenham tentado abrangê-los.

De acordo com Recanati (1970), a filosofia analítica da linguagem surge ao mesmo tempo em que a lógica matemática, sendo, portanto, dela indissociável e, além do mais, ambas partilham dos mesmos pioneiros, Frege e Russel. Por isso, elegiam como modelo de “a” linguagem, a própria linguagem artificial da lógica a que submetiam a linguagem natural, ou seja, a linguagem que usamos no dia-a-dia. Por meio de uma notação lógica, chegava-se ao “sentido” das sentenças. A estrutura lógica das sentenças as dota de um sentido passível de ser submetido ao critério de verdade. Se um enunciado é verdadeiro, ele corresponde às coisas na realidade.

Consequentemente, este modelo precisava reduzir os diversos tipos de enunciados a sentenças lógicas, a enunciados afirmativos sobre fatos, como “a maçã é verde”, que, como tais, podem ser verificados na realidade. Contudo, na linguagem ordinária encontramos uma gama de enunciados que comportam elementos estranhos a esse critério.

Os enunciados brandidos por Austin contra a concepção de linguagem dos lógico-positivistas¹⁶, são os performativos: enunciados que não se submetem ao critério de serem verificáveis como verdadeiros ou falsos na realidade. Eles, ao invés de poderem ser verificados na realidade, são ações na realidade, desde que as convenções que regulam seu funcionamento sejam atendidas. Esse é o caso dos enunciados tais como “Aposto”, “Lego a meu irmão este relógio”, “Batizo este navio de Rainha Elizabeth”, dentre outros. Quando alguém profere um enunciado deste tipo não se trata de descrever um estado de coisas, por exemplo, de declarar que o navio foi batizado com o nome da rainha, mas, antes, de simplesmente batizar, de realizar a ação de nomear o navio. Enunciados dessa natureza é que são denominados por Austin como “performativos”.

Em uma série de conferências proferidas por Austin em 1953, publicadas sob o título de *How to do things with words* (Como fazer coisas com palavras), traduzidas na versão brasileira como “Quando dizer é fazer – palavras e ações” (1990), a teoria dos atos de fala é apresentada inicialmente através da distinção entre proferimentos performativos e proferimentos constataivos. Para Austin (1990), o caráter *performativo* dos enunciados não pode ser avaliado pelo critério de verdade ou falsidade, mas somente pelo efeito produzido em determinado

¹⁶ De acordo com Marcondes (1984), o positivismo lógico é um ramo da filosofia analítica da linguagem, representado principalmente por Carnap, pelo atomismo lógico de Russel e pelo *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein.

contexto. O critério de verdade e falsidade é substituído pelo de felicidade ou infelicidade, ou seja, pela realização ou não do ato pretendido. Assim, inicialmente, Austin distingue os proferimentos *performativos* dos proferimentos *constatativos*, passíveis de verdade ou falsidade.

Tomemos como exemplo o performativo: “A sessão está aberta”. Este enunciado não pode ser avaliado por um critério de verdade ou falsidade, somente podemos avaliá-lo quanto ao seu sucesso, ou seja, se a sessão se iniciará ou não. E para que ele seja bem sucedido é necessária a atuação de diversos fatores que não são estritamente linguísticos. Para que a intenção seja alcançada é preciso que quem enuncie esteja no lugar adequado, seja investido de autoridade para enunciar tal proposição, esteja vestindo uma toga, e, ainda, é necessário que quem esteja presente na sessão reconheça autoridade naquele que profere o enunciado, etc. O que determina a felicidade de um enunciado performativo são fatores contextuais.

Segundo Austin (1990):

Genericamente falando, é sempre necessário que as *circunstâncias* em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, *apropriadas*; frequentemente é necessário que o próprio falante, ou outras pessoas, também realize determinadas ações de certo tipo, quer sejam ações “físicas” ou “mentais”. (Austin, 1990, p.26)

A fim de delimitar as “circunstâncias apropriadas” para a realização de um proferimento performativo explícito, Austin elabora a “doutrina das infelicidades”, ou seja, “a doutrina das coisas que podem resultar malogradas, por ocasião de tal proferimento” (Austin, 1990, p.31). A doutrina das infelicidades consiste de três classes de condições, constituída por seis regras, formuladas do seguinte modo:

(A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e, além disso, que

(A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

(B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e

(B.2) completo.

(T.1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou

sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,
(T.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequente.

Se as regras A e B não forem respeitadas, o ato não se realiza. O ato é pretendido, mas não se efetua, seja porque a convenção não era adequada à circunstância, seja porque as pessoas envolvidas não realizaram corretamente as ações prescritas. Em uma cerimônia de casamento todos os envolvidos têm de estar na condição de ocupar suas funções. Se o noivo já for casado com outra pessoa, não estará em condições de adequar-se à convenção, que proíbe a bigamia. A cerimônia será anulada. Se o noivo perguntar ao padre se ele aceita a noiva em casamento, o casamento também será nulo, pois os participantes não executaram o ato da forma correta. O mesmo ocorreria se a noiva respondesse que aceita o padre como seu legítimo esposo. As violações das regras A e B Austin denomina de “desacertos”. Nelas o ato é nulo, embora tenha sido pretendido. Certamente produz efeitos, mas não os pretendidos¹⁷.

Já a violação das regras T.1 e T.2 é denominada por Austin como “abusos”. Quando essas regras são infringidas o ato é concretizado, professado, mas é vazio, pois não foi levado a cabo. É o que ocorre quando uma promessa é feita e aquele que a profere não a cumpre, ou quando alguém lega um bem sem possuí-lo.

Uma vez que o que caracteriza os proferimentos performativos é o fato de serem suscetíveis a êxito ou fracasso pela conformidade do contexto à convenção social evocada no ato de fala, a dimensão pragmática neles se revela. Essa dimensão, segundo Marcondes (2005), compõe uma das três áreas nas quais a linguagem fora tradicionalmente dividida: a sintaxe, que analisa a relação entre os signos; a semântica, que examina a relação dos signos com os objetos a que se referem, e a pragmática que “diz respeito à relação dos signos com seus usuários e como estes interpretam e os empregam” (Marcondes, 2005, p.8). Assim, conforme assinala o mesmo autor em outro trabalho, “Filosofia, linguagem e comunicação” (1984), a teoria dos atos de fala de Austin resgata a dimensão pragmática que fora negligenciada pelo positivismo lógico de Carnap, e mostra-se semelhante à noção

¹⁷ Austin nos adverte: “O fato de um ato ser nulo ou sem efeito não quer significar que nada tenha sido feito; pelo contrário, muitas coisas podem ter sido feitas. Através dele podemos ter cometido um ato de bigamia, sem termos realizado o ato pretendido, a saber, casar. (...) Além disso, sem efeitos, aqui, não significa o mesmo que ‘sem conseqüências, resultados ou efeitos’”. (Austin, 1990, p.32)

de “jogos de linguagem” inaugurada por Wittgenstein em “Investigações Filosóficas”.

A introdução da noção de “jogos de linguagem” na tarefa filosófica é exemplar do que seria a dimensão pragmática da linguagem. Ainda segundo Marcondes (1984), um “jogo de linguagem” é definido por uma combinação de palavras, atos e formas de comportamento que compreendem o processo de “uso” da linguagem, sendo a condição mesma de aquisição da linguagem. A idéia central é que não aprendemos os significados das palavras fora de um contexto no qual usamos determinadas palavras para obter certos fins. Nas palavras de Marcondes (1984):

Ao usar a linguagem, estamos agindo em um contexto social, e nossos atos são significativos e eficazes apenas na medida em que correspondem às determinações destas “formas de vida”, destas práticas e instituições sociais. Em seu uso da linguagem, os falantes seguem regras, não apenas linguísticas *stricto sensu* (isto é, gramaticais, fonéticas, semânticas), mas sobretudo *pragmáticas*. Estas regras devem ser compreendidas não apenas como possibilitando a expressão do indivíduo, mas também como permitindo sua interpretação dos diversos universos de discurso de que participa. (Marcondes, 1984, p.33)

Esta dimensão pragmática evocada por Austin nos proferimentos performativos estende-se, ao longo de sua obra, a todos os proferimentos que constituem a linguagem. É este movimento que caracteriza mais propriamente a sua “teoria dos atos de fala”. São nas últimas conferências do livro aqui mencionado que esta teoria se consolida.

Segundo Recanati (1970) são três as razões que conduzem Austin a abandonar a oposição performativo/constatativo em prol de uma teoria geral dos atos de fala. A primeira consiste na consideração de que mesmo os enunciados constatativos comportam uma dimensão pragmática. Segundo o autor, do mesmo modo que há infelicidade quando digo “Eu dou e lego meu relógio de bolso ao meu irmão” quando não tenho relógio algum, há também infelicidade se profiro o enunciado constatativo “O rei da França é calvo” quando o regime político francês é republicano e não monárquico. Mesmo as afirmações constatativas são suscetíveis de infelicidade em função da referência contextual. A segunda razão, desenvolvida posteriormente pela noção de “força ilocucionária”, é que mesmo os enunciados aparentemente “constatativos” realizam a ação de afirmar, constatar,

declarar. Se digo que “a maçã é verde”, sem explicitar “declaro que a maçã é verde”, ainda assim este aparente “constatativo” realizará uma ação, a de declarar. A terceira razão invocada é que mesmo na ausência do ato institucional (convencional) que caracteriza o performativo explícito, ainda assim o ato pode ser realizado. Performativos típicos como “Eu prometo” ou “Peço desculpas” podem ser realizados informalmente em formais tais como “Eu farei” ou “Sinto muito”. Austin denominava estes enunciados de performativos implícitos ou primários.

Portanto, em virtude dessas razões, Austin, na VIII Conferência, de “Quando dizer é fazer”, propõe que, devido às dificuldades encontradas em distinguir os proferimentos performativos dos constatativos, convém examinar os sentidos que a noção de “uso da linguagem” comporta, a fim de distinguir o que é esse dizer equivalente a fazer. Os constatativos se diferenciavam dos performativos por descreverem fatos na realidade que poderiam ser verificados como verdadeiros ou falsos, enquanto os performativos realizam uma ação na realidade, se constituindo como um fazer. Quando profiro “Prometo” não descrevo que estou prometendo, mas, realmente, prometo – desde que as circunstâncias apropriadas sejam respeitadas: a saber, desde que os envolvidos na situação concreta do proferimento partilhem do significado convencional de promessa, desde que quem profira a fala seja a pessoa indicada, que deverá ser sempre “eu”, pois se for outra pessoa que promete por mim a promessa não se efetua, e desde que eu tenha a intenção sincera de cumprir a promessa e esteja habilitada a isso. Os performativos haviam sido caracterizados pela realização de um ato através do proferimento de palavras convencionadas em determinado contexto. Agora, Austin indaga o que é esse fazer com as palavras:

(...) parece-nos que nem sempre seria fácil distinguir proferimentos performativos de proferimentos constatativos, e, portanto, achamos conveniente recuar por um instante às questões fundamentais, ou seja, considerar desde a base em quantos sentidos se pode entender que dizer algo *é* fazer algo, ou que *ao* dizer algo estamos fazendo algo, ou mesmo os casos em que *por* dizer algo fazemos algo. (Austin, 1990, p.85)

A partir dessa indagação, Austin conclui que há três aspectos inseparáveis em todo e qualquer proferimento, que faz com que todo proferimento realize

simultaneamente três atos: o ato locucionário, o ato ilocucionário e o ato perlocucionário.

O ato locucionário consiste na dimensão linguística propriamente dita, no emprego de palavras e sentenças de acordo com as regras gramaticais que a dotam de sentido e, no discurso indireto e no uso de pronomes pessoais e demonstrativos, de referência. Reside na compreensão sintática e semântica de uma frase. Mas a este ato acresce-se outro, pois, para Austin, realizar um ato locucionário é, em geral, realizar um ato ilocucionário, ou seja, o ato que determina de que maneira estamos usando a locução. Tomemos como exemplo a frase “Fumar faz mal à saúde”. Posso compreender o significado da locução, que não seria possível se não estivesse em conformidade com o vocabulário e as regras sintáticas da língua, como seria o caso da frase: “Saúde à mal verde fumar”. Mas compreender o significado da frase empregada corretamente em termos de locução não é suficiente para compreender o que Austin denomina sua “força ilocucionária”. A frase anteriormente citada, corretamente proferida, exprimiria uma informação ou uma advertência? Trata-se de uma descrição ou de um aviso?

A força ilocucionária evidencia o modo como usamos a locução, apontando para o ato propriamente dito que se realiza quando profiro a locução. A correta identificação da força ilocucionária de uma frase é algo tão importante para a comunicação que, por exemplo, o Ministério da Saúde, quando coloca a frase acima mencionada em embalagens de cigarros e em propagandas dos mesmos, acrescenta a ela a oração “O Ministério da Saúde “adverte”.....”. Há a preocupação em tornar explícito o verbo que assinala a força ilocucionária, que caracteriza o ato de fala. Contudo, na linguagem ordinária, na maneira cotidiana como empregamos as palavras para nos comunicar, nem sempre esses verbos são explícitos- como, aliás, Austin já assinalara nos casos dos performativos primários. Se digo “Vá atacar”, o verbo imperativo utilizado na locução indica que a força ilocucionária é de ordem. O ato realizado no proferimento da locução é o de ordenar. Mas se digo “Você vai atacar”, a força ilocucionária seria a de uma ordem, de uma declaração ou de uma advertência? Austin (1990) se propõe, então, a elaborar uma doutrina das “forças ilocucionárias”, a fim de delimitar os diferentes tipos de função da linguagem, ou seja, as convenções que determinam a força ilocucionária em cada contexto em que o ato de fala é proferido. Na última conferência do livro, Austin propõe uma classificação provisória das forças

ilocucionárias em cinco tipos gerais: veredictivos, exercitativos, compromissivos ou comissivos, comportamentais e expositivos.

Há ainda, além daquilo que fazemos “ao” dizer algo (força ilocucionária), um terceiro ato envolvido no ato de dizer algo, a saber, aquilo que fazemos “por” dizer algo. O ato perlocucionário compreende a reação do ouvinte diante da fala proferida, e é assim definido por Austin: “consiste em se obter certos *efeitos* pelo fato de se dizer algo” (Austin, 1990, p.103). O ato perlocucionário caracteriza os efeitos e consequências dos atos de fala nos falantes. Pode escapar à força ilocucionária do proferimento, pois enquanto esta é convencional, o ato perlocutório não é convencional. Recanati (1970) dá o seguinte exemplo: Se digo “Agora, você vai voltar para casa”, o ato perlocucionário consistirá nos diversos efeitos produzidos na pessoa a quem o proferimento se dirige, ou seja, ela poderá se sentir aliviada, irritada ou convencida e partir, ou poderá ser atizada em sua arrogância e permanecer. Prevendo o efeito no outro, pode-se até proferir uma declaração contrária ao efeito pretendido. É o caso do célebre chiste freudiano: Um mentiroso diz que irá a Cracóvia para o amigo, e este responde “Você diz que vai a Cracóvia para que eu pense que vai a Lemberg, quando na verdade você vai a Cracóvia”.

Tomemos ainda um dos exemplos dados por Austin: se alguém me diz “Atire nela!”, através do ato de locução entendo que “atire” se refere a mim e “nela” se refere a ela. O significado e a referência da frase são compreendidos. Compreendo também que é convencionalizado que proferir um verbo imperativo em certo contexto possui a força ilocucionária de uma ordem. Já o ato perlocucionário consistirá no efeito produzido em mim pelo proferimento. Posso ser persuadida ou obrigada a atirar nela, ou ficar indignada e me recusar a tal.

De acordo com Costa (2003): “Os três atos descritos são abstrações que analisam um fato único: o fato de que o falante, ao dizer alguma coisa, o faz com uma certa ‘força ilocucionária’ e com a intenção de produzir no ouvinte um certo efeito” (Costa, 2002, p.48).

Portanto, a teoria dos atos de fala de Austin implica conceber toda fala como ato, em um contexto social no qual os falantes estão envolvidos. A relevância da função do contexto e da convenção é evidente, pois a substituição da dicotomia inicial entre constatativos e performativos pela teoria geral dos atos de fala foi possibilitada principalmente pela elucidação das forças ilocucionárias.

Para compreender a força ilocucionária de uma fala, é necessário verificar o contexto particular no qual ela foi proferida e as convenções que determinam seu valor. É porque toda fala comporta uma força ilocucionária, que Austin elabora a teoria mais geral segundo a qual toda fala é um ato. Em suas palavras: “A doutrina da distinção performativo/constatativo está para a doutrina dos atos locucionários e ilocucionários dentro do ato de fala total como a teoria *especial* está para a teoria *geral* (Austin, 1990, p.121)”.

Semelhante concepção da fala culmina em uma subversão da ideia de que as palavras por si mesmas ou apenas por sua articulação descrevem as coisas. A linguagem deixa de ser um mero instrumento que veicula um sentido e passa a ser abordada como o que produz efeitos através de sua própria enunciação. O próprio Austin, após concluir sua teoria geral dos atos de fala, esclarece que seria ainda preciso examinar mais apuradamente se a noção de locucionário em oposição à ilocucionário deveria ser mantida, pois admite que a teoria do significado (como sentido e referência), núcleo do ato locucionário, deveria ser revista na consideração da fala como ato¹⁸.

Possivelmente, o filósofo de Oxford se perguntava, em virtude da relevância do contexto na determinação da força ilocucionária, se as palavras não ganhariam seu sentido tão somente devido à aplicação das convenções em determinados contextos. Poderia parecer um pouco exagerada essa suposição, uma vez que, como vimos em Bakhtin, Benveniste e Jakobson, embora a dimensão da língua enquanto sistemas de signos não dê conta inteiramente da comunicação, é, no entanto, sempre requerida – como uma condição necessária, mas não suficiente. Bakhtin sustenta que o plano do sistema da língua é necessário à dimensão dialógica da comunicação discursiva. Benveniste em “La forme et le sens dans le langage” (1967) distingue o nível semiótico, o da língua enquanto sistema de signos, responsável pela significação, do nível semântico, o da frase proferida em um ato discursivo, responsável pela comunicação; contudo não dispensa o nível da língua. E Jakobson estabelece a distinção entre código e mensagem, mas a partir de uma articulação entre ambos, do remetimento de um plano a outro.

¹⁸ Esta confissão é feita por Austin ao extrair uma das conclusões advindas da teoria geral dos atos de fala: “(E) Podemos suspeitar que a teoria do “significado” como equivalente a “sentido e referência” vai certamente necessitar de alguma depuração e reformulação em termos da distinção entre atos locucionários e ilocucionários (*caso esta distinção seja fundamentada*, aqui ela está somente esboçada). (Austin, 1990, p.122)”

Difícil, portanto, especular o alcance da suspeita de Austin quanto à definição de locucionário em oposição à ilocucionário. Em todo caso, essa advertência vem assinalar o quanto a passagem do plano da língua para o plano da comunicação é complexa.

O que seguramente podemos depreender é que Austin concedia uma função central à força ilocucionária dos atos de fala e, com isso, a dimensão contextual, convencional e social da linguagem passou a ocupar um lugar até então pouco explorado. Segundo Recanati (1970):

No começo de sua investigação, Austin interessou-se pela interseção da linguagem e da instituição social: ele se interessou pelos atos institucionais cumpridos por meio de uma fala. Depois percebeu que a própria linguagem é uma espécie de vasta instituição, e que cada uma de nossas falas ajuda a cumprir um certo ato social – um ato “ilocucionário”, em sua terminologia – semelhante por sua natureza aos atos institucionais dos quais ele partiu. (Recanati, 1970, p. 199)

São as convenções sociais e institucionais que definem determinadas práticas (por exemplo, a promessa). O sucesso do ato ilocucionário advém da adequação às regras e condições estabelecidas pelas instituições sociais. Esses atos não se limitam aos atos ritualizados e formais, tais como cerimônias religiosas e atos jurídicos-legais, mas abrangem a totalidade dos atos de fala de nossa vida cotidiana, tais como um pedido ou um agradecimento. Portanto, uma vez que os atos ilocucionários dependem das práticas e convenções sociais através das quais eles se efetuam, a sua força não reside na intencionalidade ou sinceridade do falante. Se faço uma promessa de má-fé, dizendo “Amanhã voltarei” sem a intenção de retornar, o ato não será feliz, mas ainda assim a força ilocucionária de minha fala terá sido a de uma promessa. De qualquer modo, eu terei prometido porque existe uma convenção social, partilhada por mim e pelo interlocutor, que atribui a essa fala o valor de uma promessa, em determinado contexto.

Marcondes (1984) indaga, então, se o falante não seria reduzido a um mero autômato das convenções, cujo único ato seria o de concretizá-las ao colocá-las em uso nas situações apropriadas. Responde que seria um determinismo simplista pensar que a linguagem é usada de modo uniforme não deixando espaço para a criatividade do falante. E destaca que a preocupação de Austin, ao demarcar que são as convenções que estabelecem a força ilocutória de acordo com o contexto,

consistia apenas em delimitar as condições que possibilitam ao falante exercer seus direitos e deveres e as implicações filosóficas disso decorrentes.

Quanto à noção de sujeito, Marcondes (1984) nos indica que seria parte e produto de um processo social. Certamente, são as instituições sociais que atribuem, ao sujeito, papéis determinados de acordo com regras convencionais, através das quais ele poderá desempenhar suas funções da forma apropriada. Contudo, as convenções não chegam, por isso, a determinar a ação que o sujeito irá desempenhar, ainda que, qualquer que seja a ação, ela será compreendida, no contexto social, a partir das convenções. Conforme assinala o autor:

O modo de expressão do sujeito linguístico, entendido neste caso também como sujeito da ação, passa pela organização institucional da sociedade que estabelece e lhe atribui papéis e que distribui a possibilidade de enunciar determinados atos ilocucionários em determinadas circunstâncias tidas como apropriadas – isto é, a possibilidade de realizar atos de acordo com valores culturais e padrões de comportamento que pressupõem um determinado sistema social, uma estrutura de poder nas relações sociais etc., e que estabelecem as condições para o sucesso (ou seja, a efetuação) destes atos (Marcondes, 1984, p.19)

Embora a tese convencionalista de Austin tenha sido muito criticada e mesmo abandonada pela maioria de seus sucessores, para os quais há na linguagem ordinária uma gama de atos de falas não convencionados, e ainda que também possa não se adequar muito bem à incompletude própria ao âmbito da linguagem tal como Lacan conceitua – a despeito dessas considerações, a ideia de que a fala é uma ato que envolve a posição do ouvinte e do falante é indispensável à compreensão da noção de linguagem abordada na experiência analítica.